

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 134/2021
Data: 26/08/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SANTOS PREPARA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DO COMPLEXO.....	4
LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: ESTAMOS MADUROS PARA A AUTOGESTÃO DE CONDOMÍNIOS PORTUÁRIOS?	5
PORTAL PORTO GENTE	6
ATP DESTACA AUMENTO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS EXPRESSIVOS DOS TUPs EM SANTOS	6
SANTOS2050 É O INEXORÁVEL PORTO DE SANTOS	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
MAIS DE 8 MIL PORTUÁRIOS SÃO VACINADOS COM SEGUNDA DOSE EM SANTOS	7
MOÇÃO DE APOIO A TÚNEL SEGUE PARA PRESIDENTE E MINISTRO DA INFRAESTRUTURA	8
CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA DEVE GERAR R\$ 2,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PORTO DE ITAJAÍ	8
ISTOÉ - DINHEIRO	9
PAÍS CRIA 1,8 MI DE EMPREGOS FORMAIS ATÉ JULHO E GOVERNO PREVÊ SALDO DE MAIS DE 2,5 MI DE VAGAS NO ANO	9
PARA GUEDES, SOLUÇÃO DE PRECATÓRIOS VIRÁ POR VIA JURÍDICA OU POR MEIO DA PEC	10
PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL BATEU RECORDE EM JULHO, INFORMA ANP	11
MONEYTIMES	11
COMPRE HIDROVIAS AGORA PARA APROVEITAR AS CHUVAS DE NOVEMBRO	11
ATEM VISA ELEVAR OFERTA DE DERIVADOS COM AQUISIÇÃO DA REFINARIA REMAN DA PETROBRAS	12
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	13
VENDA DA REFINARIA ABREU E LIMA FRACASSA	13
GOVERNO NÃO ADMITE CRISE, MAS INCLUI CONSUMIDORES CATIVOS NA RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA	15
BATERIA D'ÁGUA: UMA SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO À POTÊNCIA DO SIN.....	18
JORNAL O GLOBO – RJ	21
TCU APROVA EDITAL PARA LEILÃO DO 5G; GOVERNO QUER LICITAÇÃO EM OUTUBRO.....	21
MAIORIA DO STF MANTÉM LEI QUE DETERMINOU AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL	23
NEGOCIAÇÃO COM O STF PARA CONGELAR PRECATÓRIO SEM NECESSIDADE DE PEC PODE LIBERAR R\$ 33 BI NO ORÇAMENTO	24
RISCO DE APAGÃO: ENTENDA, EM INFOGRÁFICOS, COMO O SISTEMA ELÉTRICO ESTÁ OPERANDO NO LIMITE	26
GUEDES AVISA QUE BANDEIRA TARIFÁRIA VAI SUBIR E DIZ QUE FALA SOBRE CONTA DE LUZ FOI TIRADA DE CONTEXTO.....	27
PARA EVITAR APAGÃO, OFERTA DE ENERGIA TEM QUE CRESCER MAIS DO QUE ÍTAIPU GERA HOJE, DIZ ONS	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	30
PODERES DISCUTEM FIXAR LIMITE PARA PAGAR PRECATÓRIOS, SEM NECESSIDADE DE PEC	30
MERCADOS INTERNACIONAIS RECUAM DE OLHO EM EVENTO DO FEDERAL RESERVE MERCADO PARA AMANHÃ	32
AGENDA AMBIENTAL DEVE ENVOLVER TODAS AS ÁREAS DA EMPRESA	33
VALOR ECONÔMICO (SP)	34
GARGALOS NO FRETE MARÍTIMO SE AGRAVAM E CUSTOS GLOBAIS SOBEM	35
MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 2,9% NA CHINA E TEM TERCEIRA SESSÃO DE VALORIZAÇÃO	36
PORTO DE SANTOS VAI AMPLIAR ÁREA ANTES DA PRIVATIZAÇÃO.....	36
DISPUTA POR CONTÊINERES CONTINUARÁ A AFETAR O AGRO.....	38
CURTAS - EMPRESAS - VALOR ECONÔMICO	39
AGÊNCIA BRASIL - DF	40
NORTE E CENTRO-OESTE TÊM RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MAIS INTENSA, DIZ BC	40
TCU APROVA EDITAL DO LEILÃO DO 5G	41
NORTE E CENTRO-OESTE TÊM RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MAIS INTENSA, DIZ BC	42
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	43
COMO DEVASTAÇÃO E AQUECIMENTO PODEM FAZER BRASIL DEIXAR DE SER POTÊNCIA AGRÍCOLA GLOBAL	43
DIÁRIO DO NORDESTE - CE	46
MAYHARA CHAVES: PORTO DE FORTALEZA DEVE DOBRAR INVESTIMENTOS EM 2022 E MIRA PARCERIA COM A ARGENTINA.....	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS	52
TERMINAL DE OUTEIRO REGISTRA BOM DESEMPENHO NO ACUMULADO DE 2021.....	52



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 134/2021
Página 3 de 60
Data: 26/08/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTOS DA CDP ALCANÇAM RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE FERTILIZANTES	53
PRÉ-SAL PRODUZ 2,806 MMBOE/D EM JULHO E VOLTA A BATER RECORDE	53
CBO ASSINA NOVO CONTRATO DE APOIO MARÍTIMO COM TOTALENERGIES	55
PRÊMIO ANTAQ 2021 TEM INSCRIÇÕES ABERTAS	55
PRÉ-SAL PETRÓLEO LANÇA BIBLIOTECA INTERATIVA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	56
TERMINAL DE CONTÊINERES CHINÊS REABRE APÓS FECHAMENTO POR DUAS SEMANAS POR CAUSA DA COVID.....	56
WILSON SONS AVANÇA EM INICIATIVAS DE SUSTENTABILIDADE COM NOVOS REBOCADORES.....	57
17ª RODADA DE LICITAÇÕES: MAIS UMA EMPRESA TEM INSCRIÇÃO APROVADA	58
ALIANÇA ENTRE INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE AUMENTA POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS NO PAÍS	59
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	59
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	59



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS PREPARA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DO COMPLEXO

Autoridade Portuária negocia com autoridades inclusão de novos terrenos

Por: *Matheus Müller*



APS teve lucro líquido de R\$ 98,9 milhões do último trimestre Foto: Matheus Tagé/AT

A Autoridade Portuária de Santos (APS ou, em inglês, SPA), empresa estatal, abriu pela primeira vez, ao mercado financeiro e representantes de terminais, os resultados obtidos ao longo de três anos de gestão, bem como o lucro líquido de R\$ 98,9 milhões do último trimestre. As informações

foram apresentadas ontem, no SPA Day, evento promovido em Santos.

A APS destacou os investimentos previstos e o trabalho realizado para permitir a expansão do Porto Organizado, que hoje dispõe de 8 km². A expectativa é agregar uma área de 6 km², localizada em região que abrange a Ilha de Bagres e o Largo do Caneu.

A exposição das informações é um convite a possíveis investidores, que venham a demonstrar interesse em assumir a administração do Porto de Santos, assim que concluída a modelagem da licitação da companhia – o que está previsto para ocorrer até o próximo mês.

“A gente procura implementar as melhores práticas do privado, mas respeitando as regras do público”, disse Marcus Mingoni, diretor financeiro da APS, sobre o evento.

Segundo o presidente da APS, Fernando Biral, o evento inédito para a companhia reforça o compromisso com a integridade e transparência. “Esse evento é absolutamente fundamental para que a gente possa discutir com os mercados financeiro e portuário todos os projetos de expansão”, disse.

POTENCIAL
É Atingir
14 km²
COM NOVAS
ÁREAS

Expansão
Área total: 16,1 km²
Terrestre: 6,1 km²
Aquaviário: 10 km²
TUPS
Área total: 4,4 km²

Atual
Área total: 382,9 km²
Terrestre: 8,1 km²
Itatinga: 19,3 km²
Aquaviário + Fundeio: 355,5 km²



Privatização

Diante de um cenário lucrativo e ao ser questionado sobre o motivo da privatização da gestão da APS, Biral disse defender a desestatização. “O gestor privado vai ter mais agilidade para realizar os investimentos”.

O presidente completou: “(O privado) vai ter uma possibilidade de desenvolver principalmente projetos (para a área) green field de uma forma mais eficaz do que o gestor público. Então, apesar de hoje termos uma empresa lucrativa, o potencial de geração de valor para a sociedade é muito maior com o ente privado”.

Expansão

Segundo o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da APS, Bruno Stupello, a expansão dos limites do Porto (sua poligonal), passando a incluir as áreas de Bagres e Caneu, poderá atender novas demandas. “Essas áreas seriam reservadas para o desenvolvimento futuro de novos terminais”. (leia em destaque)

Ele inclusive citou que tal área tem potencial para o desenvolvimento do porto indústria. “Instalações de indústrias que dependem do comércio internacional podem se instalar nessas regiões para fomentar tanto a indústria local quanto a movimentação portuária”

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 26/08/2021

LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: ESTAMOS MADUROS PARA A AUTOGESTÃO DE CONDOMÍNIOS PORTUÁRIOS?

Debates sobre uma maior participação privada na gestão dos condomínios portuários tiveram evolução

Por: *Luis Claudio Santana Montenegro*



Luis Claudio Santana Montenegro: Estamos maduros para a autogestão de condomínios portuários? Foto: **Maksym Kaharlytskyi/Unsplash**

Quando falei pela primeira vez em autogestão, durante a elaboração da Nova Lei dos Portos em 2012, ficou claro que não estávamos preparados para essa discussão naquele momento.

Porém, 8 anos após a aprovação da nova lei, a evolução dos debates sobre uma maior participação privada na gestão dos condomínios portuários, e uma compreensão bem mais ampla dos modelos de regulação responsiva, com ferramentas e metodologias para respostas ágeis a problemas concretos, nos indica que estamos no melhor momento para essa discussão.

Um modelo bastante testado é o do Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado há mais de 20 anos, que tem como foco principal a articulação sistêmica das empresas privadas para otimização da operação do sistema eletroenergético do país. No ONS, atuam de forma coordenada e conjunta: empresas de geração, transmissão, distribuição, consumidores livres, importadores e exportadores de energia, além de órgãos governamentais e representantes dos Conselhos de Consumidores.

Mas os principais elementos para essa nossa discussão estão nas atribuições do ONS, para o qual cabe a operação do sistema de forma integrada, equânime, transparente e neutra, objetivando garantir os requisitos técnicos de desempenho e segurança e a continuidade do suprimento nacional de energia, sempre ao menor custo possível.

Esses mesmos parâmetros já podem ser percebidos na redação do Novo Marco Legal do Setor Ferroviário, especialmente no capítulo que trata da autorregulação ferroviária, em que se propõe que as operadoras ferroviárias possam se associar voluntariamente, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado para o estabelecimento de padrões técnico-operacionais da execução do transporte ferroviário, visando, da mesma forma que acontece com o ONS, a maximização da interconexão e da produtividade ferroviária.

Dentre os sinais mais atuais de maturidade do setor portuário para modelos de autogestão, o mais incisivo está presente na documentação colocada em consulta pública pela Santos Port Authority, que trata da Ferrovia Interna do Porto de Santos - FIPS.

O modelo em debate visa promover o rateio dos custos associados à gestão da malha, inclusive investimentos, com o objetivo de aprimorar a operação, manutenção e expansão da última milha ferroviária no acesso ao Porto de Santos. No modelo apresentado, propõe-se a criação, pelas operadoras ferroviárias, de uma Sociedade de Propósito Específico em que eventuais lucros devem ser revertidos para amortizar custos dos contratos de concessão.

A compreensão clara de que o Porto é, em sua essência, uma atividade meio, que compõe um sistema logístico cada vez mais complexo e essencial para o desenvolvimento de qualquer atividade humana, e que a participação privada nos portos é uma realidade desde a Lei 8.630/93, nos permite concluir que o conjunto de usuários, operadores e terminais públicos e privados já possuem experiência e competência para assumir um papel muito mais relevante na governança dos portos brasileiros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/08/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

ATP DESTACA AUMENTO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS EXPRESSIVOS DOS TUPS EM SANTOS

Assessoria de Comunicação

Luciana Guerise, diretora-executiva da associação, participou do Fórum Santos Export 2021

A performance e os investimentos dos Terminais de Uso Privado (TUPs) em Santos (SP) foram o tema da apresentação da Diretora Executiva da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), Luciana Guerise, no Fórum Santos Export 2021 realizado nesta segunda-feira (23/8), no Guarujá (SP). A Diretora destacou que nos últimos oito anos, a carteira de investimentos dos TUPs na região foi de R\$ 7,4 bilhões.



Luciana Guerise

Hoje, o Complexo Portuário de Santos é formado por oito terminais privados autorizados e um porto organizado. Entre os associados da ATP em Santos estão as empresas: DP World, VLI, Alemoa e Usiminas. “Os TUPs registram recordes sucessivos de movimentação. Apenas no primeiro semestre deste ano houve aumento de 16,5% da movimentação dos terminais privados em Santos, que transportaram mais de 14 milhões de toneladas”, reforçou Luciana.

Ela mostrou ainda que o maior crescimento foi de carga geral, com 144% de incremento e destaque para celulose, aço e ferro. As cargas containerizadas também tiveram aumento de 15,7% seguidas por granel líquido e gasoso (2,6%) e granel sólido (2,2%). Entre os associados da ATP, a Usiminas registrou aumento de cerca de 135% na movimentação, a DP World de quase 30% e a VLI de 3,9%.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 26/08/2021

SANTOS2050 É O INEXORÁVEL PORTO DE SANTOS

Editorial Portogente

Desenvolver planejamento de longo prazo, de Estado, por Autoridade Portuária com autonomia para articular com a comunidade do porto. (Clythio Buggenhout)

A consagrada revista Container Magazine está mostrando que a movimentação de contêineres no Porto de Santos caiu da 41ª posição mundial em 2019, para a 44ª em 2020; no cenário americano, caiu do 3º para o 5º lugar. Sem estrutura competitiva, perde carga de São Paulo, hoje

exportada por terminal de Santa Catarina. Sem profundidade nem geometria não será possível operar a logística do futuro, dos navios longos e de grande calado.



Não por acaso, essas quedas aconteceram nas esferas mundial e regional por custos logísticos e não como reflexo da pandemia. São números que ameaçam o futuro do porto e da comunidade. Entretanto, não é a primeira vez na história do Porto de Santos que será revertida a tendência de queda. Por isso, debater a proposta Santos2050 é a pauta para construir a retomada da competitividade na movimentação de contêiner. É preciso reformular as estratégias.

Manter a trajetória atual será assumir a posição do sapo na água da panela aquecendo até ferver. A aquisição do Porto de São Luís pela Cosan reforça o pujante movimento do cenário portuário brasileiro. O progresso do Brasil. Um parâmetro logístico que o Porto de Santos precisa adotar e Santos2050 debate intensamente, para esclarecer a proposta que constrói caminhos para a logística dos grandes navios e tecnologia intensiva.

Discutir o Porto de Santos é refletir o desenvolvimento para gerar riqueza. Não o contrário: pensar o porto como uma fazenda de ativos. Conceituar a reforma portuária como uma parceria Estado e privado produz riqueza nacional, com a produtividade do capital. Isto exige renovar conceitos, para tornar possível descrever e prever o porto do futuro como resultado. Uma nova realidade logística, que agrega valor ao cliente, cada vez mais exigente.

Santos2050 é o plano B do programa governamental de desestatização do Porto de Santos. Fruto de denso debate com a comunidade do porto e participações competentes, foi construída uma proposta com mudanças justificadas. Na busca de metas também harmonizadas com os poderes municipal, estadual e federal. O objetivo é dobrar a atual movimentação, em 30 anos.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 26/08/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MAIS DE 8 MIL PORTUÁRIOS SÃO VACINADOS COM SEGUNDA DOSE EM SANTOS

Informação: Prefeitura de Santos (26 de agosto de 2021)

Um total de 8.192 portuários recebeu a segunda dose da vacina contra a covid-19 em três dias de vacinação exclusivos para a categoria no Santos Convention Center (Ponta da Praia).

Pelo esquema montado pela Secretaria de Saúde, na segunda-feira (23) foram aplicadas 1.843 doses do imunizante para quem tinha sido vacinado nos dias 1º e 2 de junho. Na terça-feira (24), o número de vacinas aplicadas foi de 2.966, para os que se vacinaram nos dias 3 e 4 de junho. Na quarta (25), foi a vez dos portuários que tomaram a primeira dose entre os dias 5 e 10 de junho, quando 3.383 trabalhadores dessa categoria receberam a segunda dose – um recorde de aplicação de vacina, em um único dia, em um posto de vacinação.

QUALQUER POSTO

O portuário que não conseguiu se vacinar pode ir, a partir de quinta-feira (26), a qualquer local de Santos que esteja oferecendo o imunizante. A lista completa você encontra no Santos Portal.

OUTROS GRUPOS

Santos segue imunizando, com primeira dose, adolescentes a partir de 12 anos (com comorbidades, pessoas com deficiência, gestantes e puérperas).

DOAÇÃO

Quem for aos postos de vacinação pode contribuir com doações de mantimentos e itens de higiene pessoal e de limpeza, a serem encaminhados pelo Fundo Social de Solidariedade (FSS) a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/08/2021

MOÇÃO DE APOIO A TÚNEL SEGUE PARA PRESIDENTE E MINISTRO DA INFRAESTRUTURA

Informação: Câmara Municipal de Santos (26 de agosto de 2021)

A Câmara de Santos encaminhou (19) Moção de Apoio ao Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, pela escolha do projeto do túnel imerso como a melhor alternativa para a ligação seca entre Santos e Guarujá para resolver gargalo centenário da Baixada Santista, uma vez que não cria obstáculos físicos no canal de navegação do Porto de Santos, tampouco impede o desenvolvimento dos negócios no maior porto da América Latina.

O projeto atenderá mais de 40 mil pessoas por dia e o trajeto entre as cidades passará a ser feito em menos de cinco minutos. Além disso, o túnel é um ativo que respeita a operação portuária e a mobilidade pública, contemplando o trânsito de pedestres, ciclistas, ônibus e VLT, enquanto a ponte, que beneficiaria o transporte via Anchieta Imigrantes, não respondendo demandas de municípios sobre o transporte metropolitano.

Proposta durante a 38ª Sessão Ordinária (12/08), pelo vereador Adriano Piemonte, a Moção foi pioneira na Câmara de Santos e em toda a Região, passando a ser norte para parlamentares que apoiam a ideia do túnel imerso.

Piemonte argumenta que o projeto inclui reversão de faixas e tarifas que levam em conta os horários de pico, possibilitando descontos em outros períodos do dia, promovendo assim, mobilidade urbana, inclusão e acessibilidade para a população dos municípios, sem gerar obstáculos às manobras de navios e operações do futuro Aeroporto Metropolitano de Guarujá.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/08/2021

CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA DEVE GERAR R\$ 2,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO PORTO DE ITAJAÍ

Informação: Ministério da Infraestrutura (26 de agosto de 2021)

A concessão à iniciativa privada deve render investimentos de R\$ 2,8 bilhões no Porto de Itajaí, um dos principais da região Sul do Brasil. Entre janeiro e junho deste ano, o terminal movimentou 3.096.164 toneladas de diversos produtos, números que podem aumentar consideravelmente após o processo de desestatização, apresentado nesta quarta-feira (25) pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni.

O projeto prevê modernização do porto, com a substituição de equipamentos obsoletos e melhor aproveitamento do espaço. Pela proposta, deverá ser construído um novo terminal de contêineres com oito guindastes de contêineres. Para melhor o acesso aquaviário, um canal para navios de até 400 metros deverá ser implantado pela empresa concessionária. "Trata-se de um projeto vultoso de investimentos" disse.

ARTICULAÇÃO – Na audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, com a presença do prefeito da cidade, Volnei Morastoni. Na ocasião, Piloni apresentou detalhes sobre os estudos para o projeto de concessão, que vem sendo elaborados pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e pela Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

De acordo com o secretário, o projeto está sendo elaborado de forma a agradar aos setores públicos e privados. “Temos conversado muito com o mercado. Nós temos um conjunto de consultorias qualificadas que nos dão todo suporte para que todos os dois lados sejam beneficiados”, afirmou.

BENEFÍCIOS – Durante a apresentação, Piloni disse que existe um temor de que a desestatização gere demissões e desemprego. “A pauta de concessões é o contrário do que se pensa, pois ela gera renda, emprego e riqueza”, ponderou. De acordo com o secretário, só nos primeiros 9 anos da concessão, quase 2 mil empregos deverão ser gerados entre diretos, indiretos e efeito renda.

Outro ponto importante destacado pelo secretário é que a desestatização traz benefícios para a população e também para a União. O empreendimento não é vendido, mas sim tem sua administração concedida a uma empresa privada, que poderá investir e melhorar a infraestrutura. “Esse ativo não deixa de ser público. Vamos apenas ceder o direito de exploração por um prazo estabelecido, com regras claras contratuais, preto no branco”, afirmou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/08/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PAÍS CRIA 1,8 MI DE EMPREGOS FORMAIS ATÉ JULHO E GOVERNO PREVÊ SALDO DE MAIS DE 2,5 MI DE VAGAS NO ANO

Por Camila Moreira e Isabel Versiani

SÃO PAULO/BRASÍLIA (Reuters) – O Brasil registrou a abertura de 316.580 vagas formais de trabalho em julho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado nesta quinta-feira pelo Ministério da Economia.

A expectativa em pesquisa da Reuters era de abertura de 250 mil postos de trabalho. Em julho do ano passado, o país havia criado 137.014 vagas em momento em que o país ainda enfrentava medidas de combate à pandemia de Covid-19.

No ano de 2021, o país acumula agora a criação de 1.848.304 empregos com carteira assinada. No mesmo período de 2020, haviam sido fechadas 1.092.578 vagas formais.

Ao comentar os dados, o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, disse que a expectativa é que o país feche o ano com a criação de “bem mais” de 2,5 milhões de postos formais.

Em julho, o setor de serviços respondeu pela criação líquida do maior número de vagas, 127.751, seguido por comércio (74.844 vagas). Para Onyx, os dados refletem a retomada da atividade no meio urbano. “Aqui fica uma lembrança, um recado aos prefeitos de ontem e aos prefeitos de hoje...de que quando as cidades caminham para a normalidade nós temos de novo esses dois setores respondendo de forma muito forte.”

Os desligamentos têm sido contidos no mercado formal pelo programa de estímulo ao emprego BEm, que oferece uma complementação de renda a trabalhadores que tenham seus contratos temporariamente suspensos ou sofram redução de jornada e salário.

Este ano, foram feitos 3,271 milhões de acordos no âmbito do Bem. O programa, implementado pela primeira vez em 2020, termina este mês, e uma Medida Provisória em tramitação no Congresso prevê a prorrogação apenas para trabalhadores gestantes, então o número de empregadores efetivamente protegidos diminuirá gradualmente nos meses à frente.

O saldo de empregos formais em julho foi o segundo maior do ano, depois de fevereiro (397.607) mas, em termos dessazonalizados, houve um recuo na comparação com junho, segundo estimativa da XP.

“Projetamos desaceleração gradual na criação líquida de postos daqui para frente, devido especialmente ao menor número de acordos empregatícios regidos pelo BEm e taxas mais moderadas de contratação nos setores de serviços e comércio (o que deve ficar mais evidente a partir do último trimestre de 2021)”, disse em nota o economista da XP Rodolfo Margato.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 26/08/2021

PARA GUEDES, SOLUÇÃO DE PRECATÓRIOS VIRÁ POR VIA JURÍDICA OU POR MEIO DA PEC

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que confia que a “inconsistência” em relação ao pagamento de precatórios será resolvida com alguma solução jurídica ou política, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo ao Congresso. Segundo Guedes, ele poderia tentar negociar uma solução para 2022, como fizeram outros governos, mas o governo quer uma solução duradoura, que dê previsibilidade. “Ou temos que parcelar ou temos que colocar um teto nesses gastos.”

A inconsistência se revela, diz Guedes, pois se paga os precatórios em sua totalidade irá descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o teto de gastos, mas também não pode deliberadamente não cumprir com esses compromissos.

O ministro ainda argumentou que o parcelamento de precatórios nunca foi calote, já que os Estados e municípios puderam parcelar, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda comparou com o Refis, o programa de regularização tributária. “Empresários precisam de Refis quando não conseguem pagar. Acontece também com a União.”

Estão previstos em R\$ 89,1 bilhões em pagamento de precatórios em 2022, um crescimento de mais de 60% frente a 2021, algo que torna o Orçamento do ano que vem inexecutável, sem o descumprimento de regras fiscais, segundo Guedes.

Em participação na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, Guedes citou a interpretação do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas de que o erro vem desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que o objetivo é controlar os gastos do Executivo, mas não se tem controle sobre as decisões do Legislativo e do Judiciário, citando o Fundeb e os votos do Judiciário contra a União.

“Executivo precisa de um teto exatamente para não exacerbar, para não fazer gastos políticos em ano eleitoral, não tentar ganhar eleição a base de gastos”, disse o ministro. “Não questiono causas nem mérito das decisões da Justiça contra a União, mas tenho que obedecer a lei: a LRF e o teto de gastos”, repetiu.

Guedes ainda argumentou que a conta de precatórios do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vigorou desde 2006, é um problema que vem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e “viajou

pelo céu” por 20 anos, caindo em um ano eleitoral. “Não fui em que despejei meteoro em ano eleitoral”, disse, rebatendo críticas de que a solução proposta pelo governo tem fins políticos.

O ministro ainda repetiu que há uma indústria de precatórios. “É salto grande demais de um ano para outro para ser espontâneo.”

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 26/08/2021

PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL BATEU RECORDE EM JULHO, INFORMA ANP

A produção nos campos do pré-sal cresceu 3,4% em julho, em relação a maio, e bateu recorde, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram produzidos 2,806 milhões de barris de óleo equivalente por dia. O barril de óleo equivalente (boe) é a unidade usada para somar os totais de gás natural e petróleo em um único montante.

O recorde mensal anterior era de agosto de 2020, quando haviam sido produzidos 2,776 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

A produção diária média no mês de julho de 2021 foi composta por 2,221 milhões de barris de petróleo e 93,1 milhões de metros cúbicos de gás natural. O volume produzido nos 130 campos do pré-sal correspondeu a 71,6% de todo o petróleo e gás natural que foi produzido no Brasil em julho, segundo a ANP.

O campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural do país, com 917 mil barris de petróleo e 42,3 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

No mês passado, a produção nacional de petróleo, incluindo todos os campos, voltou a superar os 3 milhões de barris diários, enquanto a de gás natural registrou o recorde de 139 milhões de metros cúbicos por dia.

De acordo com a ANP, houve aumento de 4,9% na produção de petróleo em comparação com o mês anterior e redução de 1,1% em comparação com julho de 2020. Já para o gás natural, houve aumento de 2,5% em comparação com o mês anterior e de 6,8% se comparado a julho de 2020.

Os campos operados pela Petrobras produziram 92,8% do petróleo e do gás natural do Brasil.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 26/08/2021

MONEY TIMES

MONEYTIMES

COMPRA HIDROVIAS AGORA PARA APROVEITAR AS CHUVAS DE NOVEMBRO

Por Lucas Eurico Simões



Enquanto o Ibovespa chegou a zerar os ganhos em 2021, a ação da Hidrovias do Brasil derreteu 30% exageradamente. Analistas da XP veem queda como excelente ponto de entrada no papel (Imagem: Reprodução)

Se boa parte dos investidores já ficou com o pé atrás em relação ao Ibovespa (IBOV), já que o principal índice do mercado acionário chegou a zerar os ganhos em 2021, no caso da Hidrovias do Brasil (HBSA3), a derrocada foi mais profunda: queda de 30% no ano.

O que pesou nas operações da companhia, que atua no setor de logística com foco em transporte marítimo, segundo a XP Investimentos foram dois pontos principais:

- i) crise hídrica que dificulta parcialmente as condições de navegação no corredor sul (Rio Paraguai); e
- ii) quebra da safra de grãos de 2021, limitando a demanda de exportação.

Então, isso significa dizer que a tese de investimento da Hidrovias mudou e que ação já não vale mais a pena? Muito pelo contrário, segundo os analistas Pedro Bruno, Gabriela Ferrante e Lucas Laghi, que assinam relatório ao qual o Agro Times teve acesso.

De maneira resumida, os especialistas explicam que os ventos contrários estão restritos principalmente ao ano de 2021 (com impacto limitado no longo prazo).

“O novo guidance (projeção financeira) anunciado pela Hidrovias aumentou a visibilidade aos investidores ao estabelecer uma indicação de “piso” para o impacto operacional negativo de curto prazo”, destaca o trio da XP.

A corretora vê a Hidrovias sendo negociada a uma TIR (Taxa Interna de Retorno) real para o acionista de aproximadamente 15% — a mais alta em sua cobertura de infraestrutura —, contra cerca de 10% do seu principal par, a Rumo (RAIL3).

A XP reitera recomendação de compra para a ação da Hidrovias do Brasil, e justamente enxerga a queda exagerada do papel como um atrativo ponto de entrada.

O novo preço-alvo em R\$ 8,90 por ação ao final de 2022 implica em potencial de valorização de 90%

Fonte: MoneyTimes
Data: 26/08/2021

ATEM VISA ELEVAR OFERTA DE DERIVADOS COM AQUISIÇÃO DA REFINARIA REMAN DA PETROBRAS

Por Reuters



A Petrobras informou na véspera ter assinado contrato com a Ream Participações para a venda da Reman e de seus ativos logísticos associados, por 189,5 milhões de dólares (Imagem: REUTERS/Paulo Whitaker)

O comprador da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), da Petrobras (PETR4), em Manaus (AM), disse nesta quinta-feira que a aquisição tem como objetivo elevar a oferta de combustíveis e derivados de petróleo e gás para a região de influência da unidade.

A Petrobras informou na véspera ter assinado contrato com a Ream Participações para a venda da Reman e de seus ativos logísticos associados, por 189,5 milhões de dólares.

A meta, segundo a Ream Participações, do Grupo Atem, é que o crescimento de oferta “ocorra de forma eficiente do ponto de vista logístico e sob condições comerciais isonômicas, sempre visando a otimização do mercado de combustíveis e o melhor interesse daqueles que atuam neste mercado”.

“Tudo isso ao mesmo tempo em que assegura o desenvolvimento social e econômico da região amazônica”, completou.

A Reman tem a capacidade atualmente de processar mais de 7 mil metros cúbicos de petróleo/dia, ou cerca de 46 mil barris/dia. Dentre os produtos lá industrializados, estão principalmente a gasolina e o diesel, além de querosene para aviação, óleos combustíveis, asfalto e gás.

A conclusão do negócio ainda depende de condições precedentes, como a aprovação pelo órgão antitruste Cade.

O Grupo Atem é composto por diversas sociedades, sendo a principal delas a Atem Distribuidora de Petróleo, sociedade anônima, fundada há mais de 20 anos pelos irmãos Dibo, Miquéias e Naidson, este o presidente do Grupo Atem, que está presente hoje em nove Estados do país.

“Conhecemos e operamos na Região Norte por meio das diversas sociedades que compõem o grupo e sabemos das dificuldades logísticas enfrentadas pelas empresas que aqui trabalham”, afirmou em nota Miquéias Atem, acionista da companhia.

“A aquisição da refinaria por uma companhia que conhece o atacado e o varejo regional trará sinergias e benefícios para todos que atuam neste mercado.”

A empresa pontuou que tem bases de distribuição próprias não apenas em Manaus, mas também em Santarém (PA), Itaituba (PA), Porto Velho (RO), Vilhena (RO), Sinop (MT) e Campo Grande (MS). Além disso, tem mais de 300 franqueados e 2 mil clientes ativos na região, onde realiza transporte por via fluvial e rodoviária

A futura presidente da Reman será a engenheira Flavia Soluri. Com mestrado pela Coppe/UFRJ e MBA pela Kellogg School of Management, Soluri tem carreira de mais de 15 anos com passagem por posições globais nas multinacionais Vale e Newmont Corporation, ocupando posições-chaves no Brasil e no exterior.

O Mattos Filho atuou como assessor jurídico e o Banco Itaú BBA como assessor financeiro do Grupo Atem na transação.

Fonte: MoneyTimes

Data: 26/08/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

VENDA DA REFINARIA ABREU E LIMA FRACASSA

Por epbr - 25 de agosto de 2021 - Atualizado em 26 de agosto de 2021 - Em Combustíveis, Petróleo e gás, Política energética

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (25/8) que os interessados na venda da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) declinaram formalmente de apresentar proposta vinculante para a compra da refinaria. A empresa agora analisa os próximos passos para a unidade.

“Assim, a companhia está realizando os trâmites internos para encerramento do processo de venda em curso e avaliará seus próximos passos”, informou a empresa.

A RNEST tem capacidade para processar 130 mil barris de petróleo por dia (trem 1), com foco na produção de diesel (70%). Foi projetada para produzir diesel com baixo teor de enxofre (S-10). Entrou em operação em 2014.

De acordo com dados da ANP, foi responsável pelo processamento de 8,841 milhões de barris de petróleo no primeiro trimestre de 2021, cerca de 5,42% de toda a carga processada no país no período. A média diária foi de 99 mil barris/dia.

A refinaria possui unidades de destilação; coqueamento retardado; hidrotratamento de diesel e nafta, geração de hidrogênio e outras.

Venda no Amazonas

Mais cedo, a Petrobras anunciou a venda da Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) para a Ream Participações, veículo societário de propriedade dos sócios da Atem's Distribuidora de Petróleo, por US\$ 189,5 milhões.

A distribuidora vai pagar US\$ 28,4 milhões nesta quarta, com a assinatura do contrato, a título de caução; e (US\$ 161,1 milhões no fechamento da operação, sujeito a ajustes previstos no contrato.

“Até o cumprimento das condições precedentes e o fechamento da transação, a Petrobras manterá normalmente a operação da refinaria e de todos os ativos associados. Após o fechamento, a Petrobras continuará apoiando a Atem nas operações da Reman de forma a preservar a segurança e continuidade operacional durante um período determinado, sob um contrato de transição”, informou a empresa em nota.

A Reman, localizada em Manaus, no Amazonas, possui capacidade de processamento de 46 mil barris/dia e seus ativos incluem um terminal de armazenamento.

Segunda refinaria vendida

A Reman é a segunda refinaria que a Petrobras anuncia a venda. Em março, a Petrobras anunciou que seu Conselho de Administração aprovou a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia, para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão.

“Hoje é um dia muito feliz para a Petrobras e o Brasil. É o começo do fim de um monopólio numa economia ainda com monopólios em várias atividades. O desinvestimento da RLAM contribui para a melhoria da alocação de capital, redução do ainda elevado endividamento e para iniciar um processo de redução de riscos de intervenções políticas na precificação de combustíveis, que tantos prejuízos causaram para a Petrobras e para a própria economia brasileira. A transação satisfaz sem dúvida os melhores interesses dos acionistas da Petrobras e do Brasil”, afirmou Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, que foi substituído pelo general Luna e Silva.

Risco de interferência

O risco de interferência nos preços dos combustíveis é um fator que tem atrasado a venda das refinarias da Petrobras, afirmou Fernando Borges, diretor executivo de Exploração e Produção da companhia, em entrevista à epbr. Reveja a transmissão na íntegra

O executivo defende que é preciso preservar a competitividade da indústria de óleo e gás, o que passa pela liberdade na formação de preços, mas também pela manutenção da política de conteúdo local vigente e de participação governamental, que inclui a tributação e os royalties baseados no valor da produção.

“É um dos riscos que não está tornando fácil a Petrobras vender suas refinarias. Esse histórico de interferência no Brasil é longo e, quando se tem alternância de governo, pode ter um outro que acha que é a solução controlar preço”, disse.

Mais prazo

Em maio, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) prorrogou pela segunda vez, os prazos para a Petrobras vender as suas refinarias e cumprir o acordo assinado em 2019 pela empresa.

Decisão também dá mais prazo para a venda das empresas de transporte e distribuição de gás natural.

Os novos prazos

- 30 de abril para a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) – referente à participação remanescente de 10%;
- 30 de junho para liquidar as participações nas distribuidoras, seja via Gaspetro ou individualmente;
- 31 de julho de 2021 para vender refinarias do 1º pacote – Isaac Sabbá (Reman, no Amazonas); Lubnor (de lubrificantes, no Ceará); e Alberto Pasqualini (Refap, no Rio Grande do Sul)
- 30 de outubro para a alienação de SIX (processamento de Xisto, no Pará); Gabriel Passos (Regap, Minas Gerais); e Abreu e Lima (Rnest, Pernambuco);
- 31 de dezembro para a venda da Presidente Getúlio Vargas (Repar, no Paraná).

No final do mês passado, a Petrobras assinou o contrato de venda de seus 51% de participação na Gaspetro com a Compass Gás e Energia, empresa do grupo Cosan, por R\$ 2,03 bilhões.

A venda do controle da subsidiária, que detém participações em 19 distribuidoras de gás do país, estava prevista no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) proposto pela Petrobras ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para saída do transporte e da distribuição de gás natural.

A Mitsui é sócia da Petrobras na Gaspetro, com 49%. Em novembro, o Valor Econômico noticiou que a empresa japonesa estudava vender sua fatia na subsidiária da Petrobras.

O prazo para a conclusão e efetivação das vendas permanece o mesmo, fixado em 31 de dezembro de 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 26/08/2021

GOVERNO NÃO ADMITE CRISE, MAS INCLUI CONSUMIDORES CATIVOS NA RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA

Por epbr - 26 de agosto de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

O Ministério de Minas e Energia anunciou, após admitir a piora da crise energética, que o governo federal pretende dar início ao racionamento voluntário de energia dos consumidores do mercado cativo em 1º de setembro.

— Isso porque a energia hidrelétrica, que é a base do suprimento, está em falta em decorrência da falta de preparação do sistema elétrico para a escassez de chuvas. Então é preciso acionar (e contratar emergencialmente) térmicas mais caras.

— “É importante deixar muito claro que temos uma condição de demanda e oferta muito estressada. Qual é a mensagem que entendemos que é muito importante? A geração hidrelétrica é um dos recursos mais baratos para produção de energia”, resumiu Christiano Vieira da Silva, secretário de Energia Elétrica do MME.

Para o governo, contudo, a crise está sob controle. E o aumento do preço da energia nem sequer é um problema, mas apenas uma “reclamação da oposição”.

— “Qual é o problema agora: que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos? Ou o problema é que está tendo uma exacerbação, por que anteciparam as eleições?”, questionou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Guedes entende que o pior ainda está por vir. Ele participa da CREG, o gabinete de crise criado por medida provisória para acelerar a tomada de decisão.

O que o governo está fazendo

- Contratação adicional de energia de térmicas descontratadas (incluindo as térmicas merchant), adicional de capacidade em usinas contratadas, principalmente de cogeração (gás e biomassa);
- Flexibilização de reservatórios — mudança nos padrões de operação das hidrelétricas, que afetam outros usos da água;
- Importação de energia;
- A Petrobras adiou a parada de manutenção do Rota 1, gasoduto que escoar gás natural da Bacia de Santos; deslocou um navio regaseificador de GNL do Ceará para a Bahia para aumentar a oferta de gás no Centro-Sul; e o governo liberou a operação da Termoceará com óleo diesel;
- Na demanda, o governo lançou o programa para achatar a curva de demanda de grandes consumidores e vai detalhar em setembro o benefício para quem economizar energia (clientes residenciais, comerciais e industriais);
- Está trabalhando nas regras de leilões simplificados de reserva de capacidade (potência), previstos na MP da crise energética;
- Decretou a redução do consumo de energia elétrica na administração pública federal.

Downstream. A Petrobras anunciou que fechou com a Atem Distribuidora a venda da Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e que encerrou o processo de venda da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que não recebeu propostas. A venda das refinarias faz parte do acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para desconcentração do mercado de downstream.

— A Atem pagará US\$ 189,5 milhões pela Reman, sendo US\$ 28,4 milhões nesta assinatura do contrato, a título de caução; e US\$ 161,1 milhões no fechamento da operação, sujeito a ajustes previstos no contrato. epbr

— Localizada em Manaus, no Amazonas, a Reman possui capacidade de processamento de 46 mil barris/dia, e seus ativos incluem um terminal de armazenamento.

— Em nota à imprensa, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) anunciou que estuda medidas jurídicas para impedir a venda da refinaria amazonense. Questiona o acordo com o Cade e reforça que a venda das refinarias proposta pela Petrobras irá criar monopólios privados e risco de desabastecimento.

— A Reman é a segunda refinaria que a Petrobras anuncia a venda. Em março, a Petrobras anunciou que seu Conselho de Administração aprovou a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia, para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão.

— No caso da venda da RNEST, os interessados não declinaram formalmente de apresentar proposta vinculante para a compra da refinaria.

— A RNEST tem capacidade para processar 130 mil barris de petróleo por dia (trem 1), com foco na produção de diesel (70%). Foi projetada para produzir diesel com baixo teor de enxofre (S-10). Entrou em operação em 2014. epbr

— Em maio, o Cade prorrogou, pela segunda vez, os prazos para a Petrobras vender as suas refinarias e cumprir o acordo assinado em 2019 pela empresa.

— Decisão também deu mais prazo para a venda das empresas de transporte e distribuição de gás natural.

Os prazos

- 30 de abril para a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) – referente à participação remanescente de 10%;
- 30 de junho para liquidar as participações nas distribuidoras, seja via Gaspetro ou individualmente;
- 31 de julho de 2021 para vender refinarias do 1º pacote – Isaac Sabbá (Reman, no Amazonas); Lubnor (de lubrificantes, no Ceará); e Alberto Pasqualini (Refap, no Rio Grande do Sul)
- 30 de outubro para a alienação de SIX (processamento de Xisto, no Pará); Gabriel Passos (Regap, Minas Gerais); e Abreu e Lima (Rnest, Pernambuco);
- 31 de dezembro para a venda da Presidente Getúlio Vargas (Repar, no Paraná).

Transporte de gás. EIG Global Energy Partners fez oferta pela participação da Petrobras na TBG e na TSB. A oferta vinculante é de centenas de milhões de dólares, segundo a Reuters.

— Em janeiro, a EIG Global Energy Partners fechou acordo para a venda de sua participação de 27,5% na TBG para a companhia belga Fluxys

— As duas empresas também acordaram que irão atuar em cooperação estratégica no mercado de infraestrutura de gás do Brasil.

— As cotas da EIG na TBG estão diluídas nas participações dos sócios da Petrobras na transportadora – BBPP Holdings (29%); YPFB Transporte do Brasil (12%) e GTB-TBG Holdings (8%).

— Em dezembro de 2020, a Petrobras iniciou a venda da sua participação de 51% na TBG.

— A EIG, sediada em Washington, segue em conversas com Enbridge e Fluxys sobre uma possível parceria para investimento e operação dos ativos.

GNL. A ANP autorizou a Excelerate Energy a importar até 30 milhões de m³/dia de gás natural regaseificado até agosto de 2023.

— A empresa pretende começar a importar gás no próximo dia 15 de setembro e já indica o Terminal de GNL da Bahia como ponto de entrega.

— Recentemente, a Petrobras anunciou a validade da nova proposta da Excelerate na licitação que prevê o arrendamento do Terminal de GNL.

— A empresa refez a proposta depois que a inclusão de uma condicionantes na proposta comercial havia levado à desclassificação da oferta.

Bacia de Santos. A Enauta anunciou que retomou a operação dos três poços produtores do campo de Atlanta, em águas profundas da Bacia de Santos, com cerca de 20 mil barris/dia de petróleo.

- A empresa está realizando atividades para ampliar a produção do FPSO Petrojarl I.
- Iniciou este mês licitação dos equipamentos e serviços necessários para a perfuração de um quarto poço, prevista para o primeiro trimestre de 2022.
- Em março, lançou licitação para adaptação de um FPSO para operar no projeto definitivo do campo. A concorrência prevê a adaptação de uma unidade de produção existente e que ainda não produziu, que a empresa tem acordo de exclusividade por 12 meses para a compra e que pode ser adquirido pelo vencedor da disputa. epbr

Petróleo sobe pelo terceiro dia consecutivo. Os preços do petróleo subiram mais de 1% nessa quarta (25/8), estendendo ganhos pela terceira sessão, após dados do governo dos EUA mostrarem que a demanda por combustível avançou para a máxima desde o início da pandemia da Covid-19.

— O Brent teve alta de 1,20 dólar, ou 1,7%, fechando em 72,25 dólares o barril, enquanto o WTI subiu 0,82 dólar, ou 1,2%, para 68,36 dólares o barril. Reuters

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 26/08/2021

BATERIA D'ÁGUA: UMA SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO À POTÊNCIA DO SIN

Artigo por Flávia Silveira, engenheira química (UFRJ) e mestre em Metrologia com ênfase em Smart Grid (PUC-Rio)

Por epbr - 26 de agosto de 2021 - Em Opinião, Setor elétrico

Os sistemas elétricos, no Brasil e no mundo, estão passando por profunda transformação, grande parte em decorrência da crescente participação das fontes renováveis não controláveis e de limitada previsibilidade, sobretudo eólica e solar.

A tendência é de participação cada vez maior dessas fontes, não só porque elas têm se mostrado economicamente mais competitivas em relação a outras fontes, mas principalmente impulsionadas por necessárias e desafiadoras metas globais de mitigação das mudanças climáticas e de desenvolvimento sustentável, que tem restringido a operação de usinas convencionais de combustíveis fósseis.

No futuro, veículos elétricos, geração distribuída, microrredes, redes inteligentes e outras tecnologias emergentes podem afetar ainda mais as operações do sistema elétrico.

Mais especificamente no Brasil, com redução da predominância de usinas hidrelétricas com reservatórios de acumulação e ampliação relevante da participação de fontes de geração variáveis e não controláveis, o Sistema Interligado Nacional (SIN) vem demandando serviços adicionais de flexibilidade e capacidade de suprimento de ponta que permitam resposta rápida a variações instantâneas da carga e da demanda.

O Brasil está enfrentando nesse período seco de 2021 uma grave crise hídrica, comprometendo os reservatórios das hidrelétricas, o que aponta para riscos de não suprimento de energia para atender a demanda de pico.

Depois de mais de um ano de pandemia da COVID 19, uma retomada das atividades econômicas, mesmo que limitada, traz o risco de falta de capacidade sistêmica em algumas regiões do país para manter estável e contínua a operação dos serviços.



Nesse sentido, para atender a necessidade de potência requerida pelo SIN, em 28 de maio de 2021 o governo emitiu o Decreto 10.770, que regulamenta a contratação de reserva de capacidade, sendo o primeiro leilão previsto para dezembro.

Diante desse contexto e no cenário de transição energética, os sistemas de armazenamento serão cada vez mais fundamentais para manter o equilíbrio entre fornecimento e demanda elétrica, absorvendo e liberando energia quando necessário e fornecendo serviços ancilares [1] que ajudam a manter a segurança, confiabilidade e estabilidade da rede.

Dentre as tecnologias de armazenamento, as mais utilizadas são as usinas hidrelétricas reversíveis, que representam 94% da potência total instalada e 99% da capacidade de armazenamento de energia no mundo [2].

Basicamente uma Usina Hidrelétrica Reversível (UHR) consiste no bombeamento e liberação de água entre dois reservatórios em diferentes elevações para armazenar água e gerar eletricidade.

Quando a demanda por eletricidade é baixa, a UHR consome energia renovável de baixo custo para bombear água do reservatório inferior para o superior, com a finalidade de armazenar energia.

Quando a demanda por eletricidade é alta, a UHR libera a água armazenada no reservatório superior, produzindo eletricidade.

As tecnologias mais recentes permitem alterar rapidamente entre bombear e gerar energia, reagindo a mudanças repentinas de oferta e demanda.

As UHRs apresentam vantagens sobre outras formas de armazenamento para alta capacidade: longa vida útil, sustentabilidade ambiental e larga escala, armazenando grandes quantidades de energia e potência imediatamente disponíveis.

No entanto, as UHRs tradicionais de circuito aberto (conectadas a um rio ou curso de água) são empreendimentos com elevado custo de capital inicial, longos prazos de construção e potenciais impactos ambientais, pois podem interferir no regime de outros usos de água.

Uma opção ainda pouco estudada no Brasil são as UHRs de circuito fechado, aquelas que não necessariamente precisam estar continuamente conectadas a um rio ou curso de água regular, denominadas Baterias d'Água (BDAs).

Nesse sistema de armazenamento, a água é captada e armazenada em um circuito fechado com dois reservatórios, um superior e outro inferior, produzindo energia quando liberada em queda livre do reservatório superior para o inferior e sendo novamente preparada para produzir energia através de bombeamento do reservatório inferior para o superior durante as horas de folga e pouca utilização de energia do sistema, por exemplo, durante a madrugada.

As BDAs têm pouco impacto sobre os recursos hídricos, os quais são basicamente relacionados ao enchimento inicial dos reservatórios e reposição de perdas por evaporação e infiltração.

Elas são usinas não poluentes se abastecidas com energia de fontes renováveis e fazem uso do bem público de maneira muito diferente e em menor escala que as demais usinas hidráulicas destinadas a produção de energia.

O uso da água é também significativamente menor se comparado ao uso de termelétricas de potência ou capacidade equivalentes. Por esse motivo, os prazos de licenciamento tendem a ser mais rápidos.

Esses empreendimentos têm prazos mais curtos de implementação (3 a 5 anos), menores custos de construção e podem ser construídos nas proximidades dos centros de carga.

A escolha do local de implantação e sobretudo as características específicas de projeto e desenho de engenharia de uma BDA são elementos fundamentais, fazendo sentido que a prospecção e licenciamento sejam feitos pelos interessados para que o empreendimento se viabilize economicamente.

As BDAs não concorrem com os serviços hoje prestados pelas usinas hidrelétricas do SIN, porém prestam serviço de armazenamento de energia, e oferecem suporte a vários aspectos das operações do sistema de energia [3]:

- Integração de fontes renováveis (armazena geração solar e eólica em excesso e evita corte de geração dessas usinas)
- Flexibilidade operativa com rápida despachabilidade (rampa rápida) ou ajustes às variações da carga e demanda
- Benefícios regionais de atendimento de ponta, mesmo em situações de escassez hidrológica (circuito de fluxo da água fechado)
- Aumento da confiabilidade da rede
- Contribuição para regulação de frequência/tensão
- Black start (permite que o sistema seja restaurado em caso de colapso, sem utilizar energia da rede)
- Otimização das necessidades de transmissão e distribuição.

As BDAs consomem mais energia que produzem, não sendo, portanto, um ativo de geração puro, então seu principal benefício não está na quantidade de energia gerada, mas sim em sua capacidade de armazenamento de energia, resposta rápida aos requisitos da rede e de prover serviços ancilares, apoiando a integração de energia renovável na rede elétrica.

Por esse motivo, estes empreendimentos devem ser caracterizados como “outras fontes alternativas” no âmbito da Resolução Normativa ANEEL no 876/2020, a qual estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração de geração eólica, fotovoltaica, termelétrica e outras fontes alternativas.

Para estimular o desenvolvimento de projetos de BDAs no Brasil é preciso endereçar adequadamente as barreiras à avaliação apropriada desses projetos, provendo os sinais de mercado necessários para que esses projetos sejam desenvolvidos e adequada alocação de riscos, reconhecendo seus benefícios e serviços por ele oferecidos.

Os sistemas de armazenamento ganham competitividade quando se leva em consideração seus serviços prestados ao sistema elétrico como um todo.

O modelo de remuneração somente baseado na arbitragem de preços não justifica os investimentos na tecnologia de BDA, sendo necessárias outras fontes de remuneração como fornecimento de serviços ancilares e serviços de capacidade.

O armazenamento de energia é ferramenta fundamental para enfrentar o desafio de agregar energias renováveis intermitentes, mantendo a confiabilidade da rede.

As BDAs possuem tecnologia comprovada e confiável para armazenar grandes quantidades de energia, fornecendo estabilidade e reforço de capacidade despachável ao sistema.

Sua disponibilidade é constante ao longo do ano (a geração de energia não depende de entrada de água), não são vulneráveis ao custo de combustível e não emitem gases de efeito estufa.

A BDA é uma solução viável técnica e economicamente para atender a flexibilidade que será cada vez mais requerida pelo sistema elétrico brasileiro.

[1] Para o adequado fornecimento do serviço de energia elétrica é necessário não só capacidade suficiente e produção da energia, mas também é fundamental a qualidade desta energia. Para manter a qualidade e segurança requerida e assegurar o correto funcionamento do sistema, é necessário uma série de serviços auxiliares ao de geração de energia, os denominados serviços auxiliares.

[2] International Hydropower Association – The world's water battery: Pumped hydropower storage and the clean energy transition – working paper – Dez/2018

[3] Closed-Loop Pumped Storage Hydropower – CLPSH – International Forum on Pumped Storage Hydropower – Mai/2021

Flávia Silveira é engenheira química formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Metrologia com ênfase em Smart Grid pela PUC-Rio. Possui especialização em Economia e Gestão em Energia pela COPPEAD e MBA em Finanças pelo IBMEC. Trabalhou em grandes empresas como Light e Petrobras e tem mais de 20 anos de experiência em diversas áreas do setor elétrico.

Este artigo representa exclusivamente a opinião da autora, responsável por seu conteúdo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 26/08/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

TCU APROVA EDITAL PARA LEILÃO DO 5G; GOVERNO QUER LICITAÇÃO EM OUTUBRO

Anatel voltará a analisar processo antes de marcar data definitiva do certame

Por Manoel Ventura



O ministro das Comunicações, Fábio Faria, que quer marcar leilão do 5G para outubro
Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA — Após adiar por uma semana o resultado final da votação, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, nesta quarta-feira, o edital para o leilão do 5G. O julgamento foi interrompido na semana passada após um pedido de vista do ministro Aroldo Cedraz.

Mesmo com o pedido de vista tendo atrasado a votação final, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, anunciou que pretende fazer o leilão em outubro. Com a aprovação do edital, o documento voltará para análise da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Anatel irá fazer os ajustes apontados pelo TCU e marcará a data da licitação.

A agência reguladora calculou que o leilão deve movimentar pelo menos R\$ 45,7 bilhões. Desse total, R\$ 37 bilhões se referem a compromissos de investimentos. O restante da outorga (R\$ 8,7 bilhões) será arrecadado pelo Tesouro Nacional.

Os valores foram informados pelo órgão para a precificação das faixas da tecnologia em documentos enviados ao TCU, mas ainda podem mudar, a depender da nova análise que a Anatel fará sobre o tema.

No voto apresentado nesta quarta-feira, Cedraz apontou uma série de inconsistências no edital, como a precificação das faixas e distribuição de investimentos. Ele sugeriu refazer as exigências de investimentos e de instalação de antenas em todas as cidades do país.

Essas sugestões acabaram não sendo seguidas pelos demais ministros do TCU. Cedraz seguiu as críticas da área técnica, que viu problemas na precificação das faixas, o que é rechado pela Anatel.

O edital define que a operação comercial do 5G no país deverá começar pelas principais capitais 300 dias após a assinatura dos contratos. Se tudo correr como o governo prevê, isso será em julho de 2022. Depois, virão cidades com mais de 500 mil habitantes.

Esse processo será escalonado e será concluído em 2029, quando o serviço chegar às localidades com menos de 30 mil habitantes. Por outro lado, o TCU sugeriu antecipar esse calendário.

"É o maior leilão de radiofrequência da história das telecomunicações do país. O impacto desse processo se alastra no tempo e nos diversos setores da economia do Brasil, implicando em uma nova configuração dos meios produtivos. Se a quarta geração foi essencial para conectar pessoas, a próxima geração será catalizadora de tecnologias totalmente novas", disse em nota o Ministério das Comunicações.

Mais que uma internet de altíssima velocidade, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará um novo marco para a indústria, a agricultura de precisão, a criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas (IoT, da sigla em inglês).

No leilão, as teles vão disputar o direito de operar as bandas de frequência nas cidades e começar a oferecer a tecnologia no Brasil. As faixas de frequência são por onde circulam os dados do 5G. Como esse espaço é limitado, o governo faz um leilão para decidir quem irá operar cada faixa.

Vitória do governo

O TCU fez poucas alterações no edital, numa vitória para o governo e para a Anatel. O tribunal decidiu incluir a obrigatoriedade de cobertura de internet de todas as escolas de ensino básico no país até 2024. O pleito foi resultado de pressão de parlamentares que questionaram o TCU e o governo sobre a ausência dessa política de contrapartidas presente nos editais de tecnologias anteriores (3G e 4G).

Também determinou um recálculo na quantidade de antenas que precisarão ser instaladas.

O tribunal manteve a construção de uma rede privativa para a administração pública federal e o programa de conectividade na Amazônia (com cabos em rios) como investimentos obrigatórios.

Os dois projetos devem custar cerca de R\$ 2,5 bilhões, e quem vencer o leilão poderá abater esse valor ao assumir esse compromisso de investimento. A decisão do governo de exigir a construção de uma rede móvel privativa no Distrito Federal e rede de fibra óptica para outras regiões do Brasil foi uma forma de encontrar um meio termo sobre a presença da chinesa Huawei na construção da infraestrutura das redes no Brasil.

Embora o edital não retire a empresa do Brasil, ela não poderá participar da rede privativa do governo.



Os Estados Unidos pressionam pela retirada da empresa das redes, alegando questões de segurança. A Huawei é um dos principais players do setor, ao lado da sueca Ericsson e da finlandesa Nokia.

Há ainda outras contrapartidas previstas no edital, como a exigência de cobertura de internet móvel em rodovias federais. A intenção é levar a rede móvel para 48 mil quilômetros de estradas. O edital também exige a instalação do 4G em todos os municípios com mais de 600 habitantes.

O governo irá licitar quatro blocos de espectro para a tecnologia 5G no Brasil: 700 megahertz (MHz); 2,3 gigahertz (GHz); 3,5 GHz; e 26 GHz. A quantidade de blocos e faixas fará do leilão do 5G o maior já realizado no Brasil e uma das maiores licitações de espectro do mundo.

A Anatel elegeu a faixa de 3,5 GHz como a banda pioneira para o 5G no Brasil. Ele é considerado o mais importante para implementar a tecnologia porque exige menos investimentos iniciais com antenas e outras infraestruturas de rede. Já a faixa de 26 GHz é a que irá exigir o maior investimento, diante da necessidade de instalação de mais antenas que no 4G.

O edital prevê a oferta de quatro licenças nacionais e oito regionais em 3,5 GHz. Caso não haja vencedor em algum desses blocos, será feita uma segunda rodada, com largura menor de banda.

O documento apresenta ainda uma divisão do país para definir os lotes regionais. O desenho será feito por meio de sete grandes áreas: as cinco regiões do país, excluindo o mercado paulista; o estado de São Paulo; e um bloco com o Triângulo Mineiro e cidades do interior de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/08/2021

MAIORIA DO STF MANTÉM LEI QUE DETERMINOU AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Julgamento começou em junho; Ministros entendem que não houve inconstitucionalidade na medida sancionada em fevereiro

Por Mariana Muniz

BRASÍLIA — O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos nesta quinta-feira para manter a lei sancionada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro que autonomia ao Banco Central e estabeleceu que os mandatos do presidente e dos diretores do banco não vão mais coincidir com o do presidente da República.

A lei foi alvo de questionamento em uma ação apresentada pelo PSOL e pelo PT, que apontavam dois problemas na Lei Complementar 179/2021: o projeto foi uma iniciativa do Congresso e não do Executivo, e o próprio conteúdo do texto aprovado.

O tema começou a ser discutido pela Corte em junho deste ano no plenário virtual, em que os ministros não se reúnem e votam pelo sistema eletrônico da Corte, mas foi transferido para o plenário presencial após pedido do ministro Dias Toffoli.

Primeiro a votar nesta quinta, Toffoli acompanhou a divergência aberta pelo ministro Luís Roberto Barroso, para quem não é de iniciativa privativa do presidente da República dispor sobre a alteração no funcionamento do Banco Central.

O relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, ao contrário, entende que a lei é inconstitucional porque a iniciativa do projeto deveria ter sido do chefe do Executivo e não de uma das Casas do Congresso.

Além de Toffoli, Barroso também foi seguido pelo ministro Nunes Marques, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro em setembro de 2020. O ministro lembrou que a autonomia do Banco

Central, a exemplo do Federal Reserve (Fed), banco central americano, ou do Banco Central Europeu, é requisito essencial para a confiança nas relações internacionais - representando um indicativo de transparência, responsabilidade e governança.

"Tais fatores são essenciais à manutenção de um ambiente econômico estável e favorável ao crescimento do país. Isso atrairá investimentos e, portanto, maior desenvolvimento econômico para a sociedade como um todo", afirmou Nunes Marques. Também seguiram a divergência aberta por Barroso os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

- O STF, de novo, nos ajudando. Eu acredito na nossa democracia - disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao ser comunicado da formação da maioria no STF pela autonomia do BC, durante evento on-line da XP.

No início do julgamento nesta quarta-feira, o relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou pela derrubada da lei, reforçando os argumentos do voto que já tinha apresentado no julgamento virtual.

Para o ministro, a discussão não gira em torno de saber se a autonomia do Banco Central é boa ou não, mas a forma como a medida foi aprovada, já que a lei teve origem em um projeto de iniciativa do próprio Congresso. O posicionamento do relator foi seguido pela ministra Rosa Weber.

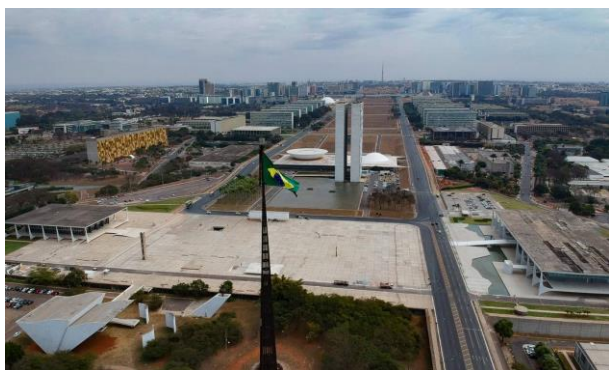
Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/08/2021

NEGOCIAÇÃO COM O STF PARA CONGELAR PRECATÓRIO SEM NECESSIDADE DE PEC PODE LIBERAR R\$ 33 BI NO ORÇAMENTO

Saída jurídica envolveria mediação do CNJ e fixaria pagamentos com sentenças em R\$ 39 bilhões em 2022, valor menor do que o destinado este ano

Por Manoel Ventura



Praça dos Três Poderes, em Brasília, com STF, Congresso e Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — A solução que está sendo negociada por integrantes do governo federal e do Congresso Nacional com o Supremo Tribunal Federal (STF) para a disparada das despesas com precatórios (sentenças judiciais) poderá liberar R\$ 33 bilhões do Orçamento sem a necessidade de aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O número já conta

com o impacto da inflação sobre as contas públicas.

As despesas dos chamados precatórios foram classificadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como um “meteoro” para as contas públicas. Por isso, ele propôs uma PEC para parcelar estes gastos.

Guedes reconheceu nesta quinta-feira que o acordo está sendo costurado com o auxílio do presidente do STF, ministro Luiz Fux.

— Tínhamos ido pela PEC, mas aparentemente com coordenação de Fux, está indo para um caminho muito lúcido. Isso possivelmente vai ser endereçado nas próximas duas semanas — disse.

Para o próximo ano, o governo precisará pagar R\$ 89,1 bilhões em despesas judiciais, valor que inviabiliza o novo programa social que o Executivo quer lançar, que será o substituto do atual Bolsa Família.

A fórmula em negociação entre os poderes garantiria um limite de pagamento de R\$ 39,9 bilhões em precatórios para 2022. O saldo restante (R\$ 49,1 bilhões) ficaria para ser pago no Orçamento dos anos seguintes, já como prioridade para serem quitados antes.

Se o acordo for adiante nesses termos, o valor pago em 2022 seria menor que neste ano, em que o governo reservou R\$ 54,7 bilhões para precatórios.

Pelas contas, haveria uma folga de R\$ 33 bilhões no teto de gastos — exatamente a mesma prevista pela PEC. Esse número já conta o impacto do aumento de 8,2% da inflação sobre os gastos.

A proposta em negociação é de verificar a despesa com precatórios de 2016 (R\$ 30,3 bilhões) e aplicar um reajuste pela inflação. Dessa forma, seria criado um teto para a despesa com demandas judiciais.

O ano de 2016 foi quando o teto de gastos foi aprovado. A soma das despesas da União é calculada com base naquele ano, reajustado o IPCA. Como os precatórios subiram mais que a inflação, essa despesa foi consumindo espaço para outros gastos.

A avaliação é que é possível fazer uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Senado para equalizar as regras dos precatórios, cujo pagamento foi normatizado em 2013, com o teto de gastos. Por isso, não seria necessário uma PEC.

Pela proposta de resolução, os presidentes dos tribunais só expedirão os precatórios até o limite máximo da despesa para esse fim, respeitando a ordem cronológica. O excedente seria requisitado nos anos seguintes.

Para isso, será necessário um acordo político entre o Executivo e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e do STF, ministro Luiz Fux, que também preside o CNJ.

Caso a resolução seja publicada, o governo deve mandar uma proposta para alterar o seu próprio Orçamento. Essa mensagem modificativa também irá atualizar o Orçamento com base na inflação, que aumenta uma série de gastos. Com uma inflação de 8,2%, ficaria a folga de R\$ 33 bilhões no teto de gastos para reajustar o valor e ampliar o atual Bolsa Família, criando um novo programa social para o governo.

A PEC original do governo prevê um parcelamento de 10 anos nos precatórios acima de R\$ 455 mil.

O desenho deste acordo foi mencionado por Fux em evento on-line na manhã desta quinta-feira. Fux apontou uma fórmula, segundo ele, ainda embrionária que poderia ser usada para o pagamento dos precatórios. Ele citou alguns números a título de exemplo, que não são necessariamente os valores devidos.

— Nós pegariamos a dívida no estágio em que estava quando surgiu a lei do teto. E aplicaríamos um percentual para corrigir aquele montante daquela época. Então suponhamos: hoje tem 89, naquela época tinha 50. Vamos pagar 50 bilhões. Faltaram 39. Esse 39 serão pagos já no orçamento seguinte. Isso vai gerar um microparcamento. Em segundo lugar, não podemos esquecer os precatórios alimentícios, as requisições de pequeno valor. Tudo isso conjugado com a necessidade de não levar a União à bancarrota. Tudo isso perpassa pelo critério da razoabilidade — afirmou Fux.

No mesmo evento, Fux afirmou que a questão poderá ser debatida pelo CNJ, como uma "mediação".

— Por outro lado, eu reconheço que o Judiciário deve ter deferência pelo Legislativo. Não podemos passar por cima do Poder Legislativo. Entretanto recebemos uma solicitação de mediação. Confesso que já tive bons êxitos em inúmeros conciliações — disse, citando desde a negociação de dívidas dos estados até uma disputa entre times de futebol em torno de rebaixamento.

De toda forma, o Orçamento de 2022 será enviado pelo governo ao Congresso na próxima terça-feira prevendo um pagamento de R\$ 89,1 bilhões de precatórios e sem reajuste do Bolsa Família. Também não vai prever a piora da inflação registrada nos últimos meses.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/08/2021

RISCO DE APAGÃO: ENTENDA, EM INFOGRÁFICOS, COMO O SISTEMA ELÉTRICO ESTÁ OPERANDO NO LIMITE

Usinas com reservatório baixo e aumento do despacho na transmissão de energia aumentam as chances de falhas no fornecimento de energia

Por Bruno Rosa e Manoel Ventura

RIO E BRASÍLIA — Em meio à maior seca do país em 91 anos, o governo anunciou esta semana um bônus para empresas que economizarem energia, lançará programa semelhante para consumidores residenciais e determinou um corte nos gastos com eletricidade de órgãos federais.



Agência O Globo

E, para evitar um racionamento de maior alcance, que afete todos os brasileiros, têm adotado um conjunto de medidas para aumentar a geração e a transmissão de energia. Os especialistas dizem que o sistema elétrico brasileiro está operando no limite. E que isso aumenta o risco de pequenos apagões, com falhas momentâneas no fornecimento de energia.

Reservatório baixo na usina hidrelétrica de Marimbondo Foto: Ferdinando Ramos /

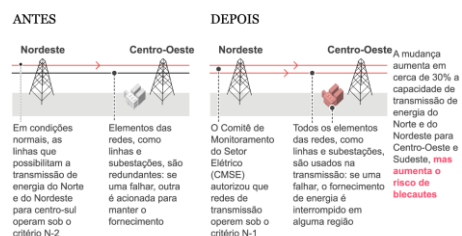
Entenda abaixo, em infográficos, como funciona o sistema elétrico e o aumento desse risco de apagões:

Na geração de energia

https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/08/25/part_e2-represa-desk.png

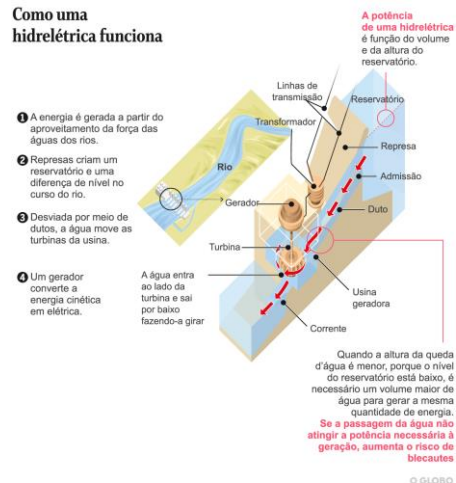
O que o governo está fazendo para tentar solucionar o problema

O governo reduziu a vazão das usinas do Nordeste para guardar água para gerar energia nos momentos mais críticos da crise hídrica no centro-sul



O governo reduziu a vazão das hidrelétricas do país, para poupar os reservatórios, que estão no menor nível da história. Mas o paradoxo é que, quanto menos água tem o reservatório, mais água é gasta para gerar a mesma quantidade de energia. E maior o risco de uma falha.

Como uma hidrelétrica funciona



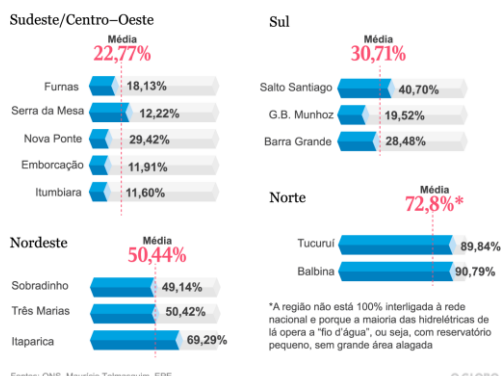
© GLOBO

Na transmissão da eletricidade

<https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/08/25/parte3-manobras-desk.png>

O governo mudou as margens para a transmissão de energia. O objetivo é poder despachar uma quantidade maior de energia de um local que tenha mais folga para uma região com situação mais crítica. No Nordeste, por exemplo, os reservatórios estão agora mais cheios e, quando a situação se deteriorar ainda mais no Sudeste, poderão ser usados para despachar a energia para a região mais industrializada do país.

O problema é que as novas margens para a transmissão de energia aumentam o risco de interrupções temporárias no fornecimento, alertam especialistas.



<https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2021/08/25/parte1-reservatorios-desk.png>

Reservatórios estão na mínima histórica

O nível dos reservatórios está baixo sobretudo no subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Veja a situação nas principais hidrelétricas do país

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/08/2021

GUEDES AVISA QUE BANDEIRA TARIFÁRIA VAI SUBIR E DIZ QUE FALA SOBRE CONTA DE LUZ FOI TIRADA DE CONTEXTO

Em evento na Câmara, ministro indagou: qual é o problema agora que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos?

Por Manoel Ventura



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira que sua fala na véspera, quando questionou “qual o problema” de a energia elétrica ficar mais cara por conta da crise hídrica, foi tirada de contexto.

O ministro também afirmou que a bandeira tarifária (uma sobretaxa nas contas de luz por conta da falta de chuvas) vai voltar a subir, embora essa seja formalmente uma decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em audiência pública no Senado, o ministro criticou a imprensa e afirmou que há uma antecipação da campanha política.

— Hoje, como sempre, as narrativas são sempre fora de contexto. É o que eu disse: “nós temos um problema”. E aí? E daí? Como é que nós vamos fazer agora? Aí na mesma hora tem uma primeira página de jornal hoje (com) “ministro desconsidera crise hídrica”. Como se eu não tivesse preocupado. Tira completamente de contexto tudo que a gente fala.

Mais tarde, em evento da XP Investimentos, Guedes disse que a bandeira já subiu e que ele sugeriu que a bandeira subisse “menos”. Mas essa decisão não foi comunicada oficialmente pela Aneel. Os números permanecem os mesmos. Nesta sexta-feira, a Aneel vai informar a cor da bandeira de setembro, que continuará com a vermelha 2.

— Bandeira tarifária subiu hoje. Ia subir mais um pouco por um breve período de tempo, mas eu sugeri moderação. Sobe um pouco menos por mais tempo — afirmou.

Bandeira vermelha

Na véspera, o ministro afirmara que o país iria atravessar esse momento difícil e dissera:

— Quer dizer, qual é o problema agora: que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos? Ou o problema é que está tendo uma exacerbação porque anteciparam as eleições? Tudo bem, vamos tapar os ouvidos e vamos atravessar.

'Qual é o problema?': Especialistas listam os efeitos generalizados na economia da alta no custo da energia

Nesta quinta-feira, ao voltar a falar da crise hídrica, o ministro afirmou que a sobretaxa na conta de luz vai subir. Formalmente quem estabelece o valor das bandeiras tarifárias é a Aneel, que é a agência reguladora do setor.

Hoje, a bandeira vermelha 2 representa um adicional de R\$ 9,49 para cada 100 quilowatts-hora consumidores. Está em consulta pública na agência a metodologia de cálculo desse valor, o que pode resultar numa alta. Para essa mudança valer em setembro, é preciso que a decisão seja tomada até a próxima semana.

— Eu falei num contexto seguinte: “olha, tem uma crise hídrica aí, faltou chuva, e daí, e agora; eu vou rezar para cair a chuva, mas e daí, eu tenho que enfrentar a crise”. Nós vamos ter que enfrentar a crise de frente. Vamos subir a bandeira, a bandeira vai subir — disse o ministro.

O ministro também citou os programas anunciados pelo Ministério de Minas e Energia para incentivar a redução do consumo de energia.

— O governo está levantando as bandeiras, criando programas que premiem quem faz economia de recursos de um lado e por outro lado que estimulem a produção e mantenham a capacidade do sistema de distribuição de energia. As bandeiras vêm aí. A base disso tudo é a crise hídrica. É algo que nós não controlamos — disse Guedes.

O ministro também comentou o preço dos combustíveis. Disse que eles subiram porque sofreram impacto da subida das commodities no mercado internacional e por conta do dólar. Afirmou que o governo federal tentou ajudar baixando os impostos, mas sem mencionar que essa redução valeu apenas para o diesel e por apenas dois meses.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/08/2021

PARA EVITAR APAGÃO, OFERTA DE ENERGIA TEM QUE CRESCER MAIS DO QUE ITAIPU GERA HOJE, DIZ ONS

Acréscimo apontado como necessário ao parque gerador tem de ser de 7%, aponta operador do sistema elétrico

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — Uma nova nota técnica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desenha um cenário de “degradação” no nível de armazenamento dos reservatórios e afirma que, sem a “incorporação de recursos adicionais”, haverá um déficit de energia elétrica em outubro e novembro deste ano.

Isso significa que o consumo de energia tende a ser maior que a oferta se não houver novas unidades de geração de energia. Ou seja, se não houver uma forte economia ou fonte adicional de energia, há um grande risco de apagão.



Hidrelétrica de Itaipu, a maior do país, tem gerado o menor volume de energia em décadas. Foto: Divulgação

O ONS afirma que é necessário aumentar a oferta de energia em 5,5 GWmed para garantir o suprimento de eletricidade a partir de setembro de 2021. Para se ter ideia do que isso significa, nesta terça-feira o país consumiu cerca de 73 GWmed de energia. Ou seja, será necessário tomar medidas para garantir um adicional de cerca de 7% de energia.

Isso é mais do que a hidrelétrica de Itaipu, a maior do país, tem gerado todos os dias (pouco mais de 4 GW). A usina está com o nível baixo no seu reservatório e tem gerado o menor volume de energia em décadas.

Esse adicional pode ser alcançado, inclusive, com redução de consumo. No futuro, será mais difícil atender essa carga porque o nível dos reservatórios vai ter baixado.

Julho e agosto, piores meses

A nota do ONS atualiza as condições de atendimento do Sistema Interligado Nacional (SIN) até novembro de 2021. O governo tem intensificado as medidas tomadas para conter a crise hídrica por conta da piora do cenário.

Os meses de julho e agosto foram os piores períodos para o setor elétrico na História, segundo os dados do ONS.

O governo tem buscado novas ofertas de geração de energia, como térmicas sem contrato e formas de levar mais combustível a essas usinas.

O ONS traçou dois cenários. No primeiro, chamado de "Caso A", os principais reservatórios da bacia do rio Paraná chegam ao final do período seco, ou seja, o mês de outubro, com níveis baixos de armazenamento.

'Recursos insuficientes'

Nesse cenário, mesmo com a utilização completa dos recursos hidráulicos da região Sudeste/Centro-Oeste, usando recursos das usinas da bacia do São Francisco, com o uso pleno das usinas termelétricas e mais transmissão de energia entre regiões do país, o ONS afirma que "os recursos são insuficientes para atendimento ao mercado de energia".

O ONS afirma que, nesse cenário, haverá déficits de 3.824 MWmed no mês de outubro e de 3.746 MWmed no mês de novembro.

O segundo cenário do ONS, chamado de "Caso B", é o que afirma a necessidade de 5,5 GWmed de energia a partir de setembro.

"A oferta adicional incorporada no Caso B além de resultar em ganhos de armazenamento, elimina os déficits de energia do Caso A. Desta forma, para assegurar o atendimento energético é imprescindível o aumento da oferta em cerca de 5,5 GWmed a partir de setembro/2021 até novembro/2021", diz a nota. "Para o Caso B, o atendimento energético somente é viabilizado a partir da incorporação de recursos adicionais", acrescenta

Adiar manutenções de usinas

Mesmo no cenário de garantia do suprimento, o ONS afirma que será necessário usar "praticamente toda reserva operativa" do sistema elétrico em novembro.

“É imprescindível para o atendimento energético assegurar o aumento da oferta em cerca de 5,5 GWmed a partir de setembro/2021”, diz o ONS, que faz uma série de sugestões.

O ONS sugere postergar as manutenções programadas de usinas; viabilizar a importação de energia da Argentina e do Uruguai; garantir a disponibilidade de mais usinas termelétricas; equacionar as questões judiciais relacionadas às disponibilidades da oferta de combustível para as usinas que hoje têm pendências; e viabilizar o terceiro navio regaseificador em Pecém (Ceará).

O ONS também recomenda a adoção de “medidas que induzam à redução voluntária do consumo” de clientes residenciais e de pequenos comércios, que são atendidos pelas distribuidoras de energia elétrica. O programa não será obrigatório. Quem aderir, ganhará descontos nas contas de luz.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/08/2021

O ESTADO DE S. PAULO

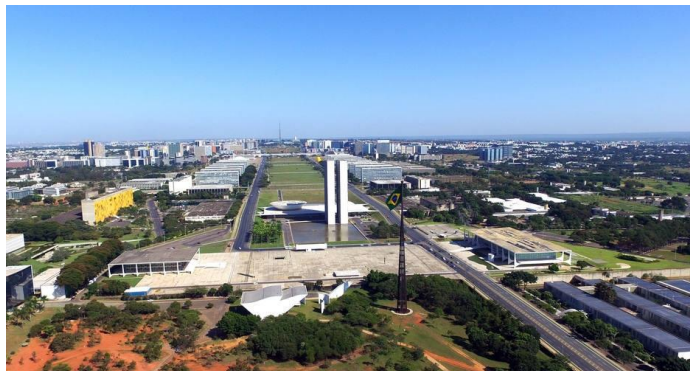
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PODERES DISCUTEM FIXAR LIMITE PARA PAGAR PRECATÓRIOS, SEM NECESSIDADE DE PEC

Governo pode ter limite anual para pagar dívidas judiciais; em 2022, teto seria de R\$ 39,9 bi
Por Idiana Tomazelli e Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Integrantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário costumam uma solução para o “meteoro” das dívidas judiciais, chamadas de precatórios, que envolve a criação de um sublimite para essa despesa. A ideia é partir do valor dessa despesa em 2016 (R\$ 30,3 bilhões) e aplicar a mesma lógica de correção do teto de gastos, isto é, atualizar o limite pela inflação de 12 meses.

Segundo cálculos obtidos pelo Estadão/Broadcast, essa fórmula garantiria um limite de pagamento de R\$ 39,943 bilhões em precatórios para 2022. O saldo restante (R\$ 49,171 bilhões) ficaria para ser pago no Orçamento dos anos seguintes, já como prioridade para serem quitados antes. Hoje, a estimativa total para as dívidas judiciais em 2022 chega a R\$ 89,1 bilhões.



Praça dos Três Poderes, em Brasília
Foto: Dida Sampaio/Estadão - 15/4/2016

A proposta vem sendo discutida entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, e integrantes do Congresso Nacional.

Segundo apurou a reportagem, há a avaliação nos bastidores de que essa solução não demandaria sequer a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Está em discussão a aprovação de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Senado Federal estabelecendo as condições para o pagamento dos precatórios.

O raciocínio é que a regra atual para o pagamento de precatórios, aprovada em 2013, é anterior à criação do teto de gastos, que é de 2016. Por isso, seria possível fazer uma regulamentação para compatibilizar as duas normas fiscais.

A avaliação nos bastidores é que o teto de gastos é uma regra para limitar despesas primárias e incentivar a boa gestão dos recursos públicos, enquanto os precatórios são um gasto sobre o qual o governo não tem controle direto.

Pela minuta da resolução, os presidentes dos tribunais só expedirão os precatórios, isto é, emitir a ordem para o pagamento dessas dívidas, até o limite máximo da despesa para esse fim, respeitando a ordem cronológica. O excedente seria requisitado nos anos seguintes, em regime de prioridade.

A proposta está sendo bem vista pela equipe econômica e por Fux, que também é o presidente do CNJ. O texto também está sendo levado para discussão com outros ministros do STF.

Nesta quinta-feira, 26, durante o evento online Expert XP, o presidente do STF citou o que chamou de “microparcelamento” e confirmou que a fórmula, ainda embrionária, poderá ser alvo de um ato do CNJ. Ontem, no mesmo evento, Dantas, do TCU, disse que há uma evidente “assintonia” entre a regra dos precatórios e o teto de gastos. “O governo pode gerir máquina da melhor maneira possível que precatórios continuarão a chegar”, afirmou.

Relator diz que vai entregar parecer de 'plano A'

Embora haja uma negociação para resolver o impasse das dívidas judiciais para 2022 sem precisar de uma mudança constitucional, o relator da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Darci de Matos (PSD-SC), disse ao Estadão/Broadcast que vai seguir adiante com seu cronograma de trabalho. “É importante o governo ter plano A e plano B”, afirmou.

Matos se reuniu hoje com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com a presidente da CCJ, deputada Bia Kicis (PSL-DF), para discutir o plano de trabalho da proposta. Segundo ele, a ideia é concluir o parecer já na próxima segunda-feira (30) para leitura no dia seguinte. A partir daí, deve haver pedido de vista da oposição e a realização de uma audiência pública.

A votação, segundo o relator, ficaria para 8 de setembro. “O presidente Arthur Lira pediu celeridade. Temos pressa”, afirmou.

Matos disse que, em uma “leitura preliminar”, a PEC é constitucional e não fere cláusulas pétreas – embora integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tenha apontado o que seriam inconstitucionalidades já julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e já avisou que deve questionar judicialmente a medida.

O relator disse que, na reunião, Guedes citou a proposta de solução do impasse dos precatórios por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas avaliou que o assunto “não é tão simples”. “É uma possibilidade, mas não tão simples”, disse. Por isso, segundo ele, a ideia é avançar com a PEC em paralelo na Câmara.

A PEC foi apresentada pelo governo no início do mês pelo governo. Ela parcela os precatórios e criar um fundo, a ser abastecido com recursos de privatizações, venda de imóveis e dividendos de estatais. Esse fundo seria usado para pagar de forma antecipada as prestações futuras dessas dívidas parceladas – e suas despesas ficariam fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A criação do fundo foi um dos elementos da PEC que mais gerou ruído no mercado financeiro, diante do temor de que ele fosse usado para bancar outras despesas fora do teto, que é hoje considerado a principal âncora de sustentabilidade das contas do País. O próprio governo defendia o pagamento de um “dividendo social” para beneficiários do Bolsa Família usando recursos desse fundo. Com a proposta de criar um sublimite, corrigido pela inflação, a ideia de criar um fundo seria abandonada, segundo relatos de duas fontes que participam das negociações.

Para Matos, é importante “deixar bem claro” que o fundo não terá como objetivo permitir que outras despesas driblem o teto de gastos. Segundo ele, o pagamento dos precatórios parcelados será “pontual”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/08/2021

MERCADOS INTERNACIONAIS RECUEM DE OLHO EM EVENTO DO FEDERAL RESERVE MERCADO PARA AMANHÃ

No tradicional Simpósio de Jackson Hole, dirigentes do BC americano deverão dar mais pistas sobre a redução do programa de compra de ativos; situação no Afeganistão também foi monitorada

Por Redação, O Estado de S.Paulo

Os mercados internacionais fecharam em queda nesta quinta-feira, 26, à espera do Simpósio de Jackson Hole, evento organizado pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que deverá trazer mais detalhes sobre o futuro da política monetária dos Estados Unidos. Indicadores econômicos também ficaram no radar.

O foco deverá ser o aperto no programa de compra de ativos, processo conhecido como 'tapering'. A expectativa do mercado é que os dirigentes do BC americano que discursarão na ocasião, entre eles o presidente Jerome Powell, deem sinalizações sobre os próximos passos do Fed sobre o tema, incluindo as condições necessárias para dar início ao processo, mas sem cravar uma data.

Hoje, três dirigentes do Fed reforçaram suas defesas pela retirada dos estímulos ainda este ano. Presidente da distrital de Dallas da entidade, Robert Kaplan estimou que o tapering pode começar em outubro ou pouco tempo depois - visão compartilhada por James Bullard, chefe do Fed de St. Louis. Já a presidente da distrital de Kansas, Esther George, afirmou que prefere a redução dos estímulos "antes cedo do que tarde".



Jerome Powell, presidente do Federal Reserve Foto: Eric Baradat/AFP

Ainda sobre política monetária, o banco central da Coreia do Sul elevou seu juro básico da mínima histórica de 0,50% - nível em que permaneceu por 15 meses - para 0,75%. A decisão foi interpretada como uma forma de conter o avanço das dívidas das famílias e esfriar os preços dos imóveis, apesar dos surtos recentes de covid-19 ainda ameaçarem a recuperação do País.

Na agenda de indicadores, a segunda leitura do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA do segundo trimestre cresceu em taxa anualizada de 6,6%, 0,1 ponto percentual abaixo do esperado pelo mercado. Já o índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), medida inflacionária favorita do Fed, cresceu à taxa anualizada de 6,5% entre abril e junho.

Segundo a Oxford Economics, o crescimento do PIB americano já passou do seu pico em meio à recuperação da crise, mas continuará sólido em 2022. Ainda por lá, o Departamento do Trabalho informou que os pedidos de auxílio-desemprego no país subiram 4 mil na semana encerrada em 21 de agosto, a 353 mil. O número superou a estimativa de 350 mil solicitações de economistas consultados pelo The Wall Street Journal.

O aumento da tensão no Afeganistão também foi monitorado de perto pelo mercado, após homens-bomba causarem duas explosões nos arredores do aeroporto internacional de Cabul, centro de uma retirada aérea histórica de tropas e civis após o Taleban assumir o controle do

país. O ataque, que teria sido causado por um braço do Estado Islâmico, já resulta em 12 soldados americanos e civis afegãos mortos, enquanto outras 60 pessoas também faleceram e 140 ficaram feridas.

Bolsa de Nova York

Em meio às incertezas do cenário mundial, o índice Dow Jones recuou 0,54%, o S&P 500 cedeu 0,58% e o Nasdaq teve baixa de 0,64%. O pregão foi marcado pela expectativas dos investidores com o posicionamento do Fed no evento de amanhã.

Bolsas da Europa

O clima também foi negativo no mercado europeu, com o índice Stoxx 600, que concentra as principais empresas da região, cedendo 0,32%, enquanto a Bolsa de Londres recuou 0,35%, a de Paris, 0,16% e a de Frankfurt, 0,42%. Já os índices de Milão, Madri e Lisboa baixaram 0,76%, 0,94% e 0,37% cada.

Bolsas da Ásia

O mesmo cenário foi visto no mercado asiático, com a Bolsa de Seul em baixa de 0,58%, Tóquio, de 0,06% e Hong Kong, de 1,08%. Os índices chineses de Xangai e Shenzhen recuaram 1,09% e 1,53% cada. Na contramão, a Bolsa de Taiwan teve modesto ganho de 0,12%. Na Oceania, a bolsa australiana seguiu o tom predominante na região asiática e caiu 0,54%.

Petróleo

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda nesta quinta, após três dias de ganhos. A baixa se dá em meio ao fortalecimento do dólar, à espera do evento do Fed, e da maior cautela dos mercados diante do impasse no Afeganistão. Na visão de analistas, porém, a forte demanda pelo óleo deve fazer com que o preço se eleve em breve.

O petróleo WTI para outubro fechou com baixa de 1,38%, a US\$ 67,42 o barril. Já o barril do Brent para novembro caiu 1,54%, a US\$ 70,18 o barril. /MAIARA SANTIAGO, GABRIEL CALDEIRA, ILANA CARDIAL E SERGIO CALDAS

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/08/2021

AGENDA AMBIENTAL DEVE ENVOLVER TODAS AS ÁREAS DA EMPRESA

Especialistas reunidos na Conferência Brasil Verde, do 'Estadão', dizem que ações sustentáveis garantirão sobrevivência dos negócios

O Estado de S. Paulo 26 Aug 2021 Cleide Silva



Painel. Executivos do Bradesco, da Minerva Foods, da Grape ESG e da Youth Climate Leaders

Empresas de todos os ramos e portes precisam cada vez mais internalizar como cultura organizacional as questões socioambientais, pois é isso que vai garantir a sobrevivência de seus negócios. Essa foi uma das conclusões do painel que discutiu o

desafio da governança socioambiental e as soluções sustentáveis no mundo corporativo como parte da Conferência Brasil Verde 2021, realizada pelo 'Estadão'.

Executivos do Bradesco, da Minerva Foods, da Grape ESG e do Youth Climate Leaders (Lideranças Jovens para o Clima) concordaram que o primeiro passo para o desafio da agenda sustentável é envolver todo o corpo da empresa, desde o nível mais alto até o “chão de fábrica”, com a criação de conselhos, diretorias executivas, comitês e grupos de atuação para desenvolver estratégias transversais.

Sobre sua experiência, Taciano Custódio, diretor de sustentabilidade da Minerva Foods, comentou a estratégia da empresa de monitoramento de toda sua cadeia de fornecedores diretos para coibir o desmatamento ilegal e proteger terras indígenas. A empresa adotou tecnologia de sensoriamento remoto.

“Hoje, temos mais de 14 milhões de hectares monitorados em todo o Brasil”, informa Custódio. “Até 2030 teremos todos os países da América do Sul também monitorados 100%”, afirma o executivo. Os elos indiretos, que são os criadores de gado, recebem consultoria da empresa sobre manejo de pasto e cuidado com o solo, que se traduzem em sustentabilidade da ocupação territorial.

A gerente de sustentabilidade do Bradesco, Fabiana Costa, explicou como o banco age para priorizar empréstimos e investimentos a empresas que seguem os critérios de ESG. “Temos um departamento focado em risco ambiental e governança, e toda identificação de algum potencial assunto controverso de um cliente que possa trazer risco para a imagem do banco, e principalmente para a sociedade, é avaliada e, se for o caso, vetada”, diz ela.

“Coletar resultados dessas práticas é algo de médio prazo e, se a empresa não estiver comprometida, vai abandonar o processo no meio do caminho”, avalia Ricardo Assumpção, da Grape ESG. O papel da Grape, explica o executivo, é mostrar como a empresa consegue, com a transição para a economia de baixo carbono, resolver problemas estruturais e ter benefícios. “É ensinar a empresa a integrar o sistema na sua cadeia de valor, um trabalho que envolve consultoria e estratégias que não sejam só de gaveta, para cumprir por tabela.”

Pressa. Com o público jovem cada vez mais antenado e interessado no tema ESG, o Youth Climate Leaders treina e conecta jovens para trabalharem em áreas de sustentabilidade. “Os jovens estão sendo conscientizados dessa problemática, mas não sabiam o que fazer”, justifica Cassia Moraes, CEO da entidade, que conecta redes similares de mais de 20 países.

No Brasil, a rede já reúne mais de 500 jovens que participam de cursos e ações sobre estratégias e oportunidades, sejam para voluntariado ou para seguir carreira na área. Cassia afirma que a meta é chegar a 1 milhão de jovens envolvidos até 2030

“Os jovens demandam mudanças mais rápidas”, diz ela, acrescentando que as empresas que quiserem ter em seus quadros os melhores profissionais terão de se comprometer com projetos de carbono neutro.

“Usamos hoje 70% a mais de recursos naturais do que a terra consegue repor; se tivéssemos uma cota anual do que a gente pode retirar do planeta e do que ele consegue repor, essa cota anual teria acabado em agosto e, daí para frente, seria cheque especial, pois já estamos no vermelho”, diz Assumpção, da Grape, para quem a tendência é conseguir cada vez mais usar menos energia e menos recursos naturais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/08/2021

GARGALOS NO FRETE MARÍTIMO SE AGRAVAM E CUSTOS GLOBAIS SOBEM

Os preços dos fretes estão batendo recordes e alguns exportadores estão elevando preços ou cancelando embarques de mercadorias

Por Cindy Wang e Enda Curran, Bloomberg



Foto: Reprodução/Ningbo Zhoushan Port Co

O estrangulamento nas cadeias de suprimentos que deveria ser temporário agora parece fadado a durar até o ano que vem, com o avanço da variante delta da covid19 atrapalhando a produção nas fábricas na Ásia, interrompendo o transporte marítimo e causando mais choques na economia mundial.

Fábricas que já enfrentavam escassez de componentes essenciais e energia e matérias-primas mais caras agora são obrigadas a pagar mais para conseguir espaço nos navios. Os fretes estão batendo recordes e alguns exportadores estão elevando preços ou simplesmente cancelando embarques de mercadorias.

“Não conseguimos componentes suficientes, não conseguimos contêineres e os custos aumentaram tremendamente”, lamentou Christopher Tse, CEO da Musical Electronics, empresa com sede em Hong Kong que faz uma variedade de produtos de consumo, como alto-falantes Bluetooth e o Cubo Mágico.

Tse disse que os ímãs usados no Cubo Mágico ficaram 50% mais caros desde março, elevando o custo de produção do brinquedo em cerca de 7%.

O empenho da China para eliminar a covid-19 significa que um pequeno número de casos pode causar grandes interrupções no comércio internacional. Neste mês, o governo paralisou por duas semanas o porto de Ningbo — que ocupa o terceiro lugar no ranking global de movimentação de contêineres — após constatar que um único trabalhador do local foi infectado com a variante delta. Neste ano, portos de Shenzhen foram fechados após a descoberta de alguns casos de covid-19

“O congestionamento dos portos e a falta de capacidade para transporte de contêineres podem perdurar até o quarto trimestre ou meados de 2022”, afirmou Hsieh Huey-chuan, presidente da Evergreen Marine de Taiwan, a sétima maior empresa do mundo no transporte marítimo de contêineres, em boletim a investidores distribuído em 20 de agosto. “Se não for possível efetivamente conter a pandemia, o congestionamento portuário pode se tornar o novo normal.”

O custo para enviar um contêiner da Ásia para a Europa está cerca de 10 vezes maior do que em maio de 2020, enquanto o custo de Xangai para Los Angeles subiu mais de seis vezes, segundo o Drewry World Container Index. A cadeia global de suprimentos ficou tão frágil que um único acidente de pequenas proporções “poderia facilmente ter seus efeitos agravados”, afirmou o HSBC Holdings em relatório.

Fretes e semicondutores mais caros podem alimentar a inflação, alertou Chua Hak Bin, economista sênior da firma de pesquisas Maybank Kim Eng Research em Singapura. A Giant Manufacturing de Taiwan, a maior fabricante mundial de bicicletas, está entre as companhias que pretendem subir os preços para refletir a alta dos custos.

Eric Chan, CEO de uma fabricante de máquinas de café em Hong Kong, não espera alívio nos próximos meses. Diante da crescente demanda por eletrodomésticos, ele conta que tem feito malabarismos para manter uma linha de produção que envolve centenas de componentes.

“Estamos estocando componentes críticos para um ano de uso porque, se perdermos um componente, não podemos fabricar os produtos”, disse Chan, que comanda a Town Ray Holdings.

A disseminação da variante delta, principalmente no Sudeste Asiático, chega a impedir o funcionamento de muitas fábricas

No Vietnã, o segundo maior produtor mundial de roupas e calçados, o governo determinou que as fábricas permitam que os funcionários durmam no local de trabalho para dar continuidade às exportações. (Com a colaboração de Kyunghee Park e Kevin Dharmawan)

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/08/2021

MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 2,9% NA CHINA E TEM TERCEIRA SESSÃO DE VALORIZAÇÃO

A principal matéria-prima do aço reduziu a baixa a 15,8% no acumulado de agosto
Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



— Foto: Bishnu Sarangi/Pixabay

Os preços do minério de ferro marcaram a terceira sessão consecutiva de ganhos no mercado à vista, refletindo a melhora nas expectativas quanto à demanda global e a recuperação das margens das siderúrgicas chinesas.

No porto de Qingdao, a tonelada de minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com ganho de 2,9%, a US\$ 152,92 por tonelada, segundo a publicação especializada Fastmarkets MB.

Com a recente melhora, a principal matéria-prima do aço reduziu a queda a 15,8% no acumulado de agosto. No ano, a desvalorização está em 4,7%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos de minério mais negociados, com vencimento em janeiro, subiram 3,3%, para 837 yuan por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/08/2021

PORTO DE SANTOS VAI AMPLIAR ÁREA ANTES DA PRIVATIZAÇÃO

Desestatização da companhia docas deve incluir R\$ 16 bilhões de investimentos
Por Taís Hirata — De São Paulo

Em mais um passo de preparação para sua privatização, a Santos Port Authority (SPA), empresa que administra o porto de Santos, planeja ampliar sua área terrestre dos atuais 8 km² para 14

km2. A ideia é incorporar zonas ainda inexploradas, que hoje estão fora dos limites de operação da companhia docas, mas que poderão dar origem a novos terminais ou projetos futuramente.



O leilão de desestatização deverá ocorrer no segundo semestre de 2022, segundo Fernando Biral, presidente da SPA — Foto: Divulgação

O novo traçado proposto prevê também a incorporação de 10 km² de extensão aquaviária. As principais áreas agregadas são a Ilha de Bagres (localizada na margem esquerda do porto) e o Largo do Caneu (que fica próximo ao canal de Piaçaguera).

As regiões já chegaram a ser alvo de interesse de grupos privados, mas nenhum projeto foi adiante. Hoje, a incorporação à área de influência da SPA já está praticamente acertada no governo, segundo Bruno Stupello, diretor de negócios e regulação da estatal, que falou ontem, em um encontro promovido pela companhia com o mercado.

“A poligonal deve ser alterada dentro de alguns meses e já será considerada no processo de desestatização”, disse ele. O novo desenho já teve o aval dos ministérios de Infraestrutura, Economia e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), afirmou.

Ainda não está claro qual tipo de projeto seria desenvolvido nas regiões. Na Ilha de Bagres, a avaliação é que há característica para a movimentação de contêineres, mas há dúvidas se haveria demanda para mais um terminal com esse perfil no porto. Outro potencial seria o desenvolvimento de um porto-indústria, ou seja, a instalação de indústrias que dependem do comércio internacional dentro da área do porto.

Tratam-se de possibilidades, mas hoje não há qualquer projeto ou processo de licenciamento ambiental em curso. “Hoje, já temos terminais que atenderiam 100% da demanda mapeada para os próximos 20 anos. No entanto, podem surgir novas demandas. Essas áreas seriam reservadas para o desenvolvimento futuro de terminais ou projetos.”

A privatização da SPA deverá exigir investimentos de R\$ 16 bilhões. O valor ainda é preliminar, já que o formato da desestatização ainda passará por consultas públicas e pela análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

A modelagem final, que está sendo estruturada pelo BNDES, ainda não foi completamente fechada. A previsão do governo federal é fazer o leilão no segundo semestre de 2022. “O formato está quase pronto e será encaminhado à secretaria de portos no fim do mês. Tendo aprovação, será aberta a consulta pública no quarto trimestre deste ano. Faremos apresentações, ‘roadshows’, e depois o processo vai ao TCU [Tribunal de Contas da União]. Com a aprovação, publicamos o edital”, afirmou o presidente da SPA, Fernando Biral.

O que já foi definido é que, dentro dos cerca de R\$ 16 bilhões de investimentos, estão previstos R\$ 3,5 bilhões para a construção do túnel submerso entre Santos e Guarujá, que será incluído entre as obrigações do novo operador.

A ligação seca entre as cidades é uma demanda antiga da população, que hoje depende da travessia por balsas. A obra tem sido alvo de controvérsia com o governo paulista, que queria fazer uma ponte entre as cidades, e não um túnel. A opção, porém, foi descartada pelo governo federal, que avaliou que a ponte apresentaria um risco às manobras dos navios no canal de navegação do porto.

Outra obrigação importante prevista na desestatização será o aprofundamento do calado do canal por onde chegam os navios. Hoje, a profundidade é de cerca de 14,5 metros, mas a ideia é chegar a 17 metros, para garantir a chegada dos maiores navios do mercado global em sua capacidade máxima. A SPA deu início ao processo de licenciamento ambiental desse processo, mas a ideia é que a obra fique com o novo administrador do porto.

Ficarão de fora da desestatização os investimentos nos acessos ferroviários, que deverão demandar cerca de R\$ 1,8 bilhão. As obras têm como objetivo ampliar a capacidade das linhas internas do porto, para acompanhar os diversos investimentos que estão sendo feitos nas malhas que deságuam em Santos. Só no caso da Malha Paulista, da Rumo, o plano é ampliar a atual capacidade de 35 milhões de toneladas para ao menos 75 milhões de toneladas.

A ideia é viabilizar a ampliação por meio da nova concessão das linhas internas do porto (chamada FIPS). O contrato substituirá a atual concessão da Portofer, da Rumo, e dará lugar a uma gestão compartilhada entre os operadores ferroviários que atuam na região - além de Rumo, há também a VLI e a MRS.

A audiência pública da FIPS foi realizada em fevereiro, e o formato final será encaminhado ao TCU nos próximos meses. A previsão é lançar o chamamento público no primeiro trimestre de 2022.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/08/2021

DISPUTA POR CONTÊINERES CONTINUARÁ A AFETAR O AGRO

Escassez e a alta de fretes tiram rentabilidade de exportações
Por Rikardy Tooge — De São Paulo



Com os problemas logísticos, o Cecafé estima que o país deixou de embarcar cerca de 3 milhões de sacas de café entre maio e julho, ou US\$ 445 milhões — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O cenário global de escassez de navios e contêineres para exportação e a disparada dos fretes marítimos estão deixando um gosto amargo de oportunidade perdida para o agronegócio brasileiro. Embora o país esteja batendo recordes de faturamento nas vendas ao exterior, a sensação do setor é de que os números poderiam ser melhores. Para exportadores e operadores portuários ouvidos pelo Valor, a situação não deverá melhorar antes do ano que vem.

“É complicado falar em aperto [logístico] ou reclamar quando estamos batendo recordes. Mas o que a gente vê é que poderia, sim, ser bem melhor, e isso significaria também mais divisas para o país”, afirma Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), entidade que representa empresas como BRF, Seara (JBS) e Aurora.

Em julho, as exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 11,3 bilhões, 15,8% mais que no mesmo mês de 2020 - os embarques nunca haviam superado US\$ 10 bilhões em julho. Mas esse crescimento refletiu sobretudo o aumento de preços dos produtos exportados, já que os volumes caíram 9,9%.

Estimativa do Conselho dos Exportadores de Café (Cecafé) aponta que, entre maio e julho, o segmento deixou de embarcar, por causa do problema logístico, cerca de 3 milhões de sacas, ou US\$ 445 milhões (considerando valores médios). “Em abril, a taxa de rolagem [adiamento] dos embarques era de 20%. Em julho, foi para 40%, e agora, em agosto, estamos perto de 50%”, afirma o diretor técnico da associação, Eduardo Heron Santos.

Na área de carnes, a situação não é diferente. Em seus balanços do segundo trimestre, JBS e Marfrig relataram um pouco do reflexo do problema logístico. Na Marfrig, a escassez de contêineres atrasou exportações e tirou 2 pontos percentuais de seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), com aumento dos estoques de R\$ 700 milhões.

Já a JBS relatou um impacto de R\$ 3 bilhões provocado pelo aumento de estoques, um efeito colateral do apagão de contêineres. Se não fosse isso, seu lucro trimestral de R\$ 4,4 bilhões poderia ter sido ainda melhor, afirmou a empresa ao Pipeline, site de negócios do Valor. “Num momento propício [para mais vendas], temos esse limitante”, reforça Antônio Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

Para a sucroalcooleira Jalles Machado, o transtorno deverá ser de curto prazo. Em conversa com investidores, o CFO Rodrigo Siqueira disse que a falta de contêineres afetou os embarques de açúcar orgânico da empresa para os EUA entre abril e junho, e que o gargalo deverá perdurar até setembro. Ele observou, ainda, que os fretes marítimos aumentaram cerca de cinco vezes no período - mas que, ainda assim, essa deve ser uma “questão pontual” no resultado da empresa.

A sombra paira também sobre o exportador do arroz. O alto custo dos fretes e a falta de contêineres fizeram o preço médio do transporte marítimo subir 217% em agosto na comparação com maio, com picos de até 450%, de acordo com levantamento da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz). Segundo a entidade, esse cenário gerou perdas de R\$ 36,4 milhões para o segmento no primeiro semestre deste ano.

Para a segunda metade de 2021, a perspectiva não é muito melhor, afirma a Maersk, maior armadora de contêineres do planeta. Ao Valor, a empresa disse que fechamentos de portos na Ásia por conta da pandemia (como o de Ningbo, na China) prejudicou a produtividade do serviço logístico.

Além disso, a recuperação econômica nos EUA e na Europa tem aumentado a demanda por navios e, conseqüentemente, também a busca por contêineres. “Temos um congestionamento logístico no comércio marítimo global que deve durar até 2022. Com isso, os fretes e congestionamentos devem se manter neste segundo semestre”, acrescenta, em nota.

Arnaldo Calbucci, vice-presidente de operações da empresa de logística portuária Wilson Sons, lembra que além da dificuldade nos embarques há também atrasos na importação de itens importantes para o produtor rural, como os fertilizantes. **(Colaboraram Camila Souza Ramos, Fernanda Pressinott e Luiz Henrique Mendes)**

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/08/2021

CURTAS - EMPRESAS - VALOR ECONÔMICO

Minério em recuperação

Os preços do minério marcaram ontem o segundo dia consecutivo de alta, depois de terem voltado aos níveis vistos nove meses atrás, no mercado transoceânico, na última semana. Apesar do fôlego recente, a percepção entre participantes do mercado e consultores é que haverá espaço para mais correção até o fim do ano. De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro avançou 1,7% no porto de Qingdao, a US\$ 148,66 por tonelada, reduzindo a 18% as perdas acumuladas no mês. No ano, a desvalorização no mercado à vista está em 7,4%.

Retomada da Enauta

A Enauta anunciou que retomou a operação plena no Campo de Atlanta, na Bacia de Santos (RJ), com a totalidade dos poços do sistema de produção antecipada, após a conclusão no reparo dos aquecedores. “A companhia espera produzir inicialmente cerca de 20 mil barris de óleo por dia

com a operação dos três poços, após o período de estabilização, o que representa um recorde de produção diária da Enauta.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/08/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

NORTE E CENTRO-OESTE TÊM RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MAIS INTENSA, DIZ BC

Expectativa é de maior crescimento no segundo semestre

Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília



As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram recuperação econômica mais intensa no segundo trimestre do ano, na avaliação do Banco Central (BC), divulgada hoje (26) no Boletim Regional, publicação trimestral que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país.

“Regionalmente, observaram-se discrepâncias nas trajetórias de curto prazo, refletindo particularidades das estruturas econômicas locais e recuperação mais intensa no Norte e no Centro-

Oeste”, diz a publicação.

De acordo com o BC, o conjunto dos indicadores da atividade econômica no país aponta sinais de continuidade da recuperação da economia, com a retomada do consumo das famílias, tanto de serviços como das vendas do comércio, após a flexibilização das medidas de restrição da pandemia e aumento da mobilidade desde o início de abril. Por outro lado, o setor industrial registrou retração da produção, repercutindo, em parte, a falta de insumos em determinados segmentos.

Nesse sentido, o comportamento da atividade econômica na Região Norte, ao longo de 2021, tem sido similar ao ocorrido no ano passado. Segundo o BC, como a região foi a primeira a sentir os impactos mais severos da pandemia, também foi a primeira na retomada. “A recuperação das vendas do comércio e do volume de serviços fica mais evidente à medida em que os casos de covid-19 diminuem”, diz o boletim.

Além disso, o patamar elevado das cotações das commodities minerais e agrícolas favorece o desempenho da região. O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) do Norte cresceu 2,4% no segundo trimestre do ano, influenciado pelo bom desempenho no Amazonas, que teve crescimento de 6,3%.

No caso do Centro-Oeste, o crescimento da atividade econômica no segundo trimestre foi impulsionado por comércio, construção civil e alguns serviços, associado à conjuntura favorável ao agronegócio e ao aumento das exportações. “As cotações elevadas dos principais produtos agropecuários proporcionam boa rentabilidade e geram demanda em outras atividades, como serviços de transporte, comércio e construção”, diz o BC.

O IBCR da região registrou expansão de 1,9%, recuperando-se da contração de 0,3% no primeiro trimestre do ano. Segundo a autarquia, no curto prazo, os piores resultados esperados para a segunda safra de milho devem repercutir no terceiro trimestre.

Outras regiões

Os indicadores econômicos do Nordeste também registraram evolução positiva no segundo trimestre, com aumento de 0,5% no IBCR. “A dinâmica favorável do mercado de trabalho formal, o retorno de programas de manutenção da renda e o avanço da mobilidade contribuíram para a melhora do desempenho da atividade econômica nordestina”, explicou o BC.

Os destaques vão para os setores de comércio, construção civil e serviços financeiros, em contraponto às perdas registradas na indústria, decorrente de falta de insumos e paradas programadas em determinados segmentos. Para o BC, com o avanço da vacinação contra covid-19, a atividade econômica deve ganhar ritmo no segundo semestre.

O aumento da mobilidade, associado em parte ao avanço da campanha de imunização, também contribuiu para a evolução das vendas do comércio ao longo do trimestre na região Sudeste. Segundo o Boletim Regional, o setor de serviços manteve expansão, em especial nos segmentos de informação, prestados às empresas e intermediação financeira. O IBCR da região avançou 0,7% no segundo trimestre.

“Prospectivamente, espera-se sustentação do crescimento da atividade econômica no segundo semestre, na medida em que os efeitos da vacinação sejam sentidos de forma mais abrangente. Entretanto, a expansão acontece de forma não homogênea, especialmente pela falta de insumos e pressões de custos em alguns setores”, diz a publicação.

Já a atividade econômica na Região Sul reduziu o ritmo de expansão no segundo trimestre, após três trimestres consecutivos de altas mais expressivas. O crescimento de 0,2% do IBCR foi condicionado pelos bons desempenhos de construção civil, comércio e segmentos da prestação de serviços, que compensaram a retração na produção industrial e a menor apropriação da safra de grãos no trimestre.

Segundo o BC, apesar dessa desaceleração, a expectativa é de maior crescimento no segundo semestre, “na medida em que ocorram alguma melhora no suprimento de insumos industriais e normalização do consumo dos segmentos mais afetados pela pandemia”.

Edição: Maria Claudia
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 26/08/2021

TCU APROVA EDITAL DO LEILÃO DO 5G

O Tribunal de Contas da União aprovou, nessa quarta-feira (25), a realização do leilão da telefonia de quinta geração, o 5G.

Logo após a decisão, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, foi entrevistado no programa “A Voz do Brasil”. Faria anunciou que o leilão deve ocorrer no mês de outubro.

De acordo com o Ministério das Comunicações, será o maior leilão de radiofrequência já feito no Brasil. A internet móvel 5G chegará até as antenas por uma rede de fibra óptica e terá conexão até 100 vezes mais veloz que a 4G.

De acordo com o ministro Fábio Faria, em vez de usar o leilão para vender as frequências, o governo decidiu cobrar das operadoras um plano de investimentos para os próximos 20 anos.

Entre as obrigações previstas no edital estão a ampliação da conectividade em regiões onde atualmente o sinal de internet móvel é ruim ou não chega. O governo também quer internet de alta velocidade em 72 mil escolas públicas urbanas no país e garantir conexão 4G para 7 mil escolas

rurais. Também está nos planos levar internet de qualidade a 48 mil quilômetros de rodovias federais.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 26/08/2021

NORTE E CENTRO-OESTE TÊM RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MAIS INTENSA, DIZ BC

Expectativa é de maior crescimento no segundo semestre
Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram recuperação econômica mais intensa no segundo trimestre do ano, na avaliação do Banco Central (BC), divulgada hoje (26) no Boletim Regional, publicação trimestral que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país.

“Regionalmente, observaram-se discrepâncias nas trajetórias de curto prazo, refletindo particularidades das estruturas econômicas locais e recuperação mais intensa no Norte e no Centro-Oeste”, diz a publicação.

De acordo com o BC, o conjunto dos indicadores da atividade econômica no país aponta sinais de continuidade da recuperação da economia, com a retomada do consumo das famílias, tanto de serviços como das vendas do comércio, após a flexibilização das medidas de restrição da pandemia e aumento da mobilidade desde o início de abril. Por outro lado, o setor industrial registrou retração da produção, repercutindo, em parte, a falta de insumos em determinados segmentos.

Nesse sentido, o comportamento da atividade econômica na Região Norte, ao longo de 2021, tem sido similar ao ocorrido no ano passado. Segundo o BC, como a região foi a primeira a sentir os impactos mais severos da pandemia, também foi a primeira na retomada. “A recuperação das vendas do comércio e do volume de serviços fica mais evidente à medida em que os casos de covid-19 diminuem”, diz o boletim.

Além disso, o patamar elevado das cotações das commodities minerais e agrícolas favorece o desempenho da região. O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) do Norte cresceu 2,4% no segundo trimestre do ano, influenciado pelo bom desempenho no Amazonas, que teve crescimento de 6,3%.

No caso do Centro-Oeste, o crescimento da atividade econômica no segundo trimestre foi impulsionado por comércio, construção civil e alguns serviços, associado à conjuntura favorável ao agronegócio e ao aumento das exportações. “As cotações elevadas dos principais produtos agropecuários proporcionam boa rentabilidade e geram demanda em outras atividades, como serviços de transporte, comércio e construção”, diz o BC.

O IBCR da região registrou expansão de 1,9%, recuperando-se da contração de 0,3% no primeiro trimestre do ano. Segundo a autarquia, no curto prazo, os piores resultados esperados para a segunda safra de milho devem repercutir no terceiro trimestre.

Outras regiões

Os indicadores econômicos do Nordeste também registraram evolução positiva no segundo trimestre, com aumento de 0,5% no IBCR. “A dinâmica favorável do mercado de trabalho formal, o retorno de programas de manutenção da renda e o avanço da mobilidade contribuíram para a melhora do desempenho da atividade econômica nordestina”, explicou o BC.

Os destaques vão para os setores de comércio, construção civil e serviços financeiros, em contraponto às perdas registradas na indústria, decorrente de falta de insumos e paradas

programadas em determinados segmentos. Para o BC, com o avanço da vacinação contra covid-19, a atividade econômica deve ganhar ritmo no segundo semestre.

O aumento da mobilidade, associado em parte ao avanço da campanha de imunização, também contribuiu para a evolução das vendas do comércio ao longo do trimestre na região Sudeste. Segundo o Boletim Regional, o setor de serviços manteve expansão, em especial nos segmentos de informação, prestados às empresas e intermediação financeira. O IBCR da região avançou 0,7% no segundo trimestre.

“Prospectivamente, espera-se sustentação do crescimento da atividade econômica no segundo semestre, na medida em que os efeitos da vacinação sejam sentidos de forma mais abrangente. Entretanto, a expansão acontece de forma não homogênea, especialmente pela falta de insumos e pressões de custos em alguns setores”, diz a publicação.

Já a atividade econômica na Região Sul reduziu o ritmo de expansão no segundo trimestre, após três trimestres consecutivos de altas mais expressivas. O crescimento de 0,2% do IBCR foi condicionado pelos bons desempenhos de construção civil, comércio e segmentos da prestação de serviços, que compensaram a retração na produção industrial e a menor apropriação da safra de grãos no trimestre.

Segundo o BC, apesar dessa desaceleração, a expectativa é de maior crescimento no segundo semestre, “na medida em que ocorram alguma melhora no suprimento de insumos industriais e normalização do consumo dos segmentos mais afetados pela pandemia”.

Edição: Maria Claudia
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 26/08/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

COMO DEVASTAÇÃO E AQUECIMENTO PODEM FAZER BRASIL DEIXAR DE SER POTÊNCIA AGRÍCOLA GLOBAL

Brasileiros precisam se preparar para viver sob condições mais quentes e secas nas próximas décadas, com impacto direto no nosso cotidiano e na produção de alimentos, explica especialista climático.

Por Paula Adamo Idoeta, BBC



Incêndio em vegetação atingiu 400 mil metros quadrados e formou nuvem gigante de fumaça em Junqueirópolis — Foto: Márcio Cabanhas

O Brasil viverá, nas próximas décadas, secas cada vez mais prolongadas, temperaturas mais altas e extremos climáticos que terão um profundo impacto na forma como sobrevivemos e produzimos energia e comida.

Na prática, o clima vai mudar tanto a vida nas cidades grandes quanto a produção agrícola – causando o risco de o Brasil perder o status de gigante global na produção de alimentos.

E a responsabilidade disso recai sobre o avanço do desmatamento, aliado às (e potencializado pelas) mudanças climáticas no mundo inteiro.

A avaliação é do cientista do clima Carlos Nobre, que já foi pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), coordena o Instituto Nacional de Tecnologia para Mudanças Climáticas e é um dos principais especialistas do tema no Brasil.

Nobre conversou com a BBC News Brasil para comentar os dados recém-divulgados pela organização MapBiomas, que mostram que a superfície de área com água no Brasil ficou 15% menor desde o início dos anos 1990 – esses 3,1 milhões de hectares perdidos equivalem a uma vez e meia à superfície de água de todo o Nordeste.

A maior perda (absoluta e proporcional) de superfície de água na série histórica analisada pelo MapBiomas ocorreu no Mato Grosso do Sul, com uma redução de 57%.

Enquanto isso, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais identificou que os focos de incêndio neste ano até agora cresceram, em relação ao mesmo período no ano passado, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga – neste último, o aumento foi mais de 100%.

Na Amazônia, o Instituto Imazon aponta que o acumulado do desmatamento na floresta nos últimos 12 meses até julho atingiu a pior marca dos últimos dez anos.

Todos esses dados estão interligados: quanto mais avança o desmatamento – em conjunto com o aumento das temperaturas globais -, menores ficam as temporadas de chuva no Brasil.

“Há estudos que mostram claramente que as chuvas estão diminuindo em áreas altamente desmatadas, e as estações secas estão mais longas”, explica Nobre.

“No sul da Amazônia, as secas já estão de três a quatro semanas mais longas, com menos chuvas e temperaturas cerca de 3°C mais altas.”

O grande problema é que, em áreas desmatadas, perde-se a capacidade de reciclar água, o que intensifica as secas. “Há menos vegetação e raízes para absorver a água, transpirá-la e jogá-la de volta à atmosfera”, diz o cientista.

Portanto, quanto mais incêndios e florestas derrubadas, mais seco e quente o clima ficará no curto e no longo prazo.

Embora ainda não seja possível saber se esses efeitos serão permanentes, a secura do clima vivida neste momento em grande parte do Brasil – parte de uma tendência já observada nos últimos anos – é uma espécie de “fotografia do que será o clima do Brasil no futuro”, observa Nobre.

No “melhor dos cenários”, diz ele, a redução das chuvas será de 10%.

“Mesmo que consigamos manter o máximo de aumento da temperatura (global) em 1,5°C, que é o plano mais ambicioso da Convenção das Mudanças Climáticas (o chamado Acordo de Paris), devemos estar preparados para uma estação de chuvas mais curta e uma estação de secas mais longa na maior parte do Brasil.”

Os impactos disso foram observados pelo coordenador do MapBiomas água, Carlos Souza Jr.

“As evidências vindas do campo já indicam que as pessoas já começaram a sentir o impacto negativo com o aumento de queimadas, impacto na produção de alimentos, e na produção de energia, e até mesmo com o racionamento de água em grandes centros urbanos”, afirmou Souza no comunicado emitido pela organização.

Semideserto no Nordeste e savana na Amazônia

As regiões do Brasil a serem mais afetadas pelas secas prolongadas serão o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste, segundo Nobre.

No Nordeste, caso a temperatura global continue aumentando, o perigo é “mais de 50% da região virar um semideserto”, em vez do semiárido atual, explica o cientista.

O alerta já havia sido dado, no início de agosto, pelo relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês):

“O Nordeste brasileiro é a área seca mais densamente povoada do mundo e é recorrentemente afetado por extremos climáticos”, destacou o texto.

O impacto será direto na vida de ao menos 10 milhões de pessoas que vivem atualmente na agricultura e pecuária nordestinas. Isso porque um Nordeste semidesértico “não terá agricultura como se pratica hoje. Poderia haver só um pouco de agricultura à beira do rio São Francisco, mas mesmo a vazão do São Francisco vai diminuir, afetando também o potencial de geração de energia elétrica”, diz Nobre.

É um exemplo da crise hídrica vivida em todo o Brasil e que já impacta a produção de energia pelas hidrelétricas do país, leva a aumento nos custos das contas de luz pagas pelos consumidores e força o uso de usinas termelétricas – que, por sua vez, são mais poluentes e contribuem para mais emissão de gases do efeito estufa.

Enquanto isso, na Amazônia, o perigo identificado por pesquisadores como Carlos Nobre é com o iminente risco de a região virar uma savana – perdendo, portanto, as características únicas de uma floresta tropical.

“Vários estudos mostram que se continuarmos a desmatar, vamos passar do que chamamos de ponto de não retorno – um ponto irreversível de savanização”, diz Nobre. Espécies animais e vegetais únicas do Brasil serão perdidas no processo. “Antes, víamos uma mega-seca a cada 20 anos na Amazônia; agora são duas secas por década.”

Em julho, um estudo publicado na revista Nature, que teve participação do Inpe, apontou que, por conta do desmatamento e das queimadas, a Amazônia já está emitindo mais CO₂ do que consegue absorver.

“Precisamos zerar o desmatamento a jato (rapidamente), em poucos anos, no que talvez seja o maior desafio que o Brasil pode enfrentar”, opina Nobre.

Saúde humana e agricultura

Se sentimos (literalmente) no corpo os efeitos do clima mais seco na saúde, a produção agrícola também vai viver os impactos da escassez de água, explica Nobre.

“(Produção de) grãos, pecuária – toda essa estrutura que são importantes elementos econômicos (do Brasil) já está sendo prejudicada pelo aumento dos extremos climáticos”, afirma.

“Por mais que empresas de pesquisas, universidades e Embrapa (agência de pesquisas agrícolas) tentem desenvolver variedades de grãos mais adaptadas a secas prolongadas e a temperaturas mais elevadas, o clima está ganhando a guerra. A agricultura tem que se preparar para isso”, prossegue.

“E temos que torcer para (o aumento global da) temperatura não passar de 1,5°C, porque se nós continuarmos com este ritmo de emissões e não tivermos sucesso em zerá-las até 2050, na segunda metade do século, o Brasil tropical deixará de ser uma potência agrícola – ficará muito quente e seco e inapropriado para esse tipo de agricultura”, prossegue.

Ele cita como exemplo a queda na produtividade da soja na região conhecida como Matopiba (que reúne Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) em decorrência do ar mais quente que tem sido soprado da Amazônia.

Boletim de julho da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontou efeitos mistos da crise hídrica no mês passado: de um lado, prejudicou a irrigação de lavouras; de outro, ajudou na maturação das safras de milho e algodão.

Eventos climáticos extremos

E se no centro e no norte do Brasil as chuvas ficarão mais escassas, a tendência é de que o mesmo não se repita em parte do Sudeste e Sul do país – que podem, na verdade, ver sua quantidade de chuvas aumentar nas próximas décadas, diz o pesquisador.

Com isso, essas regiões (onde o clima é, por si só, mais ameno que no restante do país, por sua localização geográfica) podem acabar ganhando força na produção agrícola nacional.

O que não significa, porém, que não sofrerão com os devastadores efeitos dos chamados eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais, secas prolongadas e ondas de calor.

Esses eventos climáticos têm se tornado mais frequentes em todo o mundo são também consequência direta do aquecimento global, como apontou o relatório do IPCC divulgado no início de agosto.

“Com o aumento gradual do nível do mar, os eventos extremos que ocorreram no passado apenas uma vez por século ocorrerão com mais frequência no futuro”, disse, na ocasião do lançamento do relatório, Valérie Masson-Delmotte, copresidente do grupo de trabalho do IPCC que produziu o texto.

No Brasil, segundo Carlos Nobre, mesmo que – hipoteticamente – não houvesse um aquecimento global em curso no mundo, os sucessivos recordes de desmatamento na Amazônia e no Pantanal já estariam tendo impactos nocivos sobre o clima brasileiro.

Na prática, os dois fenômenos – desmatamento e aumento das temperaturas – têm ocorrido juntos, potencializando um ao outro.

“Mesmo no ano passado, quando a maioria dos países reduziu suas emissões (de gases do efeito estufa) por conta da pandemia, o Brasil aumentou suas emissões por culpa do desmatamento”, diz Nobre.

Embora ele destaque que, nos últimos anos, o Brasil avançou em construir uma matriz energética mais limpa – cerca de 11% da nossa energia vem de fontes eólicas ou solares, diz ele –, o Brasil, até o momento, “está na contramão dos compromissos assumidos” de participar do esforço contra o aquecimento global.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 26/08/2021



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

MAYHARA CHAVES: PORTO DE FORTALEZA DEVE DOBRAR INVESTIMENTOS EM 2022 E MIRA PARCERIA COM A ARGENTINA

Por Samuel Quintela, samuel.quintela@svm.com.br

A diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará, que administra o Porto do Mucuripe, revelou que o terminal já reverteu a situação do caixa e deverá fazer, a partir de agora, investimentos com recursos próprios. Confira entrevista



Legenda: A CEO da Docas do Ceará prevê incremento nos investimentos próprios do Porto do Mucuripe - Foto: Thiago Gadelha

Desde o início dos trabalhos como diretora-presidente da Companhia Docas, em 2019, Mayhara Chaves tem um pensamento muito claro sobre como desenvolver o Porto de Fortaleza, localizado no Mucuripe. O foco, revelado durante esta edição do Diálogo Econômico, é fazer com que o terminal evolua em eficiência para se tornar muito mais competitivo e autossuficiente.

Tendo assumido com uma dívida de mais de R\$ 700 mil, a CEO da Docas do Ceará explicou todo o processo para reverter o caixa da instituição e já se prepara para dobrar os investimentos contratados em 2021 em relação a 2020.

Estabelecendo o objetivo de otimizar a movimentação de cargas a partir de melhorias em infraestrutura, Mayhara confirmou que o Porto de Fortaleza deverá investir mais de R\$ 6 milhões em 2022, contra os R\$ 3 milhões destinados neste ano.

Contudo, apesar de estar focada no cenário do terminal de Fortaleza, Mayhara revelou um entusiasmo que ultrapassa os limites do Mucuripe, e comentou sobre a relação com a administração do Porto do Pecém, a realidade comparativa com outros portos pelo mundo, e até perspectivas e metas pessoais como gestora da Companhia Docas do Ceará.

Chaves também revelou que o Porto de Fortaleza poderá confirmar ainda neste ano uma parceria — firmada com a assinatura de um memorando de entendimento — com o Governo da Argentina para impulsionar a movimentação de cargas no terminal.

CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA:

CONSIDERANDO O MOMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, COMO A SENHORA AVALIA OS RESULTADOS OBTIDOS PELO PORTO DO MUCURIBE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS? HOUVE UMA MUDANÇA MUITO DRÁSTICA DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS OU PERFIL DE ATIVIDADES? O MODELO ECONÔMICO DO TERMINAL PRECISOU SER ATUALIZADO OU MUITO ADAPTADO?

Quando começou a pandemia, a gente passou por um momento de muitas incertezas e surpresas. A gente tem um quadro de colaboradores com idade acima dos 60 anos e tivemos de afastar uns 30% deles. Foi um momento de muitas incertezas para saber como ia acontecer e

como íamos desenvolver. A gente afastou esses colaboradores, que ficaram em home office, mas alguns cargos ficaram com bancos de hora e agora estão voltando.

Precisamos nos estruturar para conseguir atender essas demandas, mas acho que tudo ficou mais fácil. Em junho, criamos um sistema de controle de processos, então começamos a despachar tudo online, o que facilitou a vida das pessoas que estavam de home office, e isso aumentou a nossa produtividade administrativa no Porto.

Para um ano de pandemia, em 2020, foi excepcional. Crescemos quase três vezes mais do que a média nacional, que teve alta de 4% de movimentação de carga, mas nós crescemos 12%. A gente esperava crescer, mas não nesse patamar. Trabalhamos para isso, mas a gente quis que isso acontecesse. Passamos 2020 planejando as ações para 2021.

Hoje, o planejamento ligado ao Ministério de Infraestrutura é seguir os arrendamentos. Saiu um relatório que mostra que nós somos o Porto com menor área arrendada, que é quando a gente não vende ou privatiza, mas repassa essa área e a iniciativa privada paga as taxas administrativas e faz investimentos.

Começamos a reformular as ferramentas de planejamento, como planos de negócios, plano de ações estratégicas do Porto, de zoneamento da nossa área, e estamos nos baseando nesse plano de ação para saber o que vamos fazer daqui para frente. Esses documentos já existiam antes, mas demos um plus. E a mesma coisa aconteceu com nosso perfil de colaboradores. Trouxemos colaboradores mais técnicos e isso nos possibilitou crescer ainda mais na pandemia, além de termos tido todos os cuidados com a pandemia.

Todos os nossos colaboradores estão vacinados. O Ministério da Infraestrutura nos incluiu no grupo de prioridade, então estamos em um momento em que as pessoas estão retornando. Não vou dizer que estamos 100% imunizados porque nada é 100%, mas todos os colaboradores estão voltando e isso é um ganho de produtividade, seguindo os protocolos do Governo do Estado.

CONSIDERANDO O CENÁRIO DOS ÚLTIMOS MESES E AVALIANDO OS RESULTADOS DO PORTO DE FORTALEZA, A SENHORA ACREDITA QUE A ECONOMIA CEARENSE ESTÁ CAMINHANDO PARA UMA RECUPERAÇÃO ESTÁVEL OU AINDA TEMOS UM CAMINHO LONGO A PERCORRER?

Eu acho que estamos recuperando, mas ainda estamos devagar, até porque temos muitas



incertezas de mercado. O dólar subiu muito e, como a gente importa e exporta, o valor de alguns produtos baseados em dólar melhorou, mas para outros piorou. A questão do canal de Suez impactou o mercado do mundo inteiro, mesmo que a gente não tenha rotas passando por lá, porque é uma reação em cadeia, como se fosse um dominó mesmo.

Estamos ainda retomando a questão da chegada de navios de passageiros, com as empresas retomando com muita cautela de desenvolvimento. Para 2021, a gente imagina manter o mesmo patamar do ano passado, com um leve crescimento com a expectativa de se manter os níveis de desenvolvimento.

Legenda: "Eu acho que estamos recuperando (a economia), mas ainda estamos devagar, até porque temos muitas incertezas de mercado", diz Mayhara

Foto: Thiago Gadelha

E NESSA PERSPECTIVA, QUAL DEVE SER O PAPEL DO PORTO DO MUCURIBE NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO?

A gente tem um papel fundamental que é a importação do trigo. A gente sabe que é um produto muito importante e, em 2020, nós ultrapassamos o Porto de Santos em movimentação de trigo,



com 1,2 milhão de toneladas. O trigo em si tem um papel fundamental para a retomada porque é alimento, toda a população consome e temos três moinhos importantes ligados aqui.

Além disso, ainda tivemos o leilão do terminal de grãos aqui. Temos dois armazéns aqui, um que já era arrendado, e outro era dos moinhos, só que o contrato venceu e a gente levou para leilão, que é o processo de levar para o Ministério, então agora os dois armazéns aqui fazem parte do terminal. Os vencedores do leilão terão de investir R\$ 47 milhões nesse terminal, então a nossa expectativa é uma das melhores, até porque são melhorias para atracação de navios e para descarga do trigo.

Temos perspectivas de melhores maquinários e mais eficiência, então estamos com a expectativa de melhorar o terminal e melhorar a nossa eficiência, e por consequência melhorar a questão como um todo. A gente sabe que a quantidade de pessoas que depende dessa indústria é muito grande, então a gente sabe que pode ajudar a manter empregos, geração de renda e outras coisas.

TIVEMOS NOS ÚLTIMOS ANOS UMA FLUTUAÇÃO MUITO GRANDE DO CÂMBIO E DO PREÇO DAS COMMODITIES NO BRASIL E NO MUNDO. ISSO CHEGOU A AFETAR MUITO O PERFIL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS AQUI NO PORTO CONSIDERANDO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES? COMO AS RELAÇÕES COMERCIAIS DO PORTO MUDARAM?

De fato, nosso perfil mudou um pouco, cresceu muito a movimentação de cargas de projeto e contêineres, e isso considera, por exemplo, pás eólicas e outros produtos. Estamos vendo mais contêineres como esses itens de projeto ou chegando vazios e saindo com frutas. Temos, hoje, dois navios com escala semanal só para a questão das frutas, então estamos com uma perspectiva boa para esse segmento.

Estamos com uma perspectiva muito boa com relação a essa categoria de carga geral, que é contêiner e carga de projeto, crescendo 33%, enquanto as outras cargas se mantiveram no mesmo patamar. Isso é reflexo do dólar, pois estamos conseguindo exportar mais produtos do que importar outros.

E sobre essa economia mundial, eu acho que o Ceará tem se adaptado bem e eu falo que somos um estado privilegiado por ter dois portos. O Porto de Fortaleza e o Porto do Pecém são duas estruturas magníficas e cada um traz o seu knowhow para movimentação das cargas. A gente tem a noção do potencial do Porto de Fortaleza e o Porto do Pecém e ter esses dois terminais, para o Ceará, é maravilhoso. Enquanto um pode crescer em um setor, o outro pode crescer com outra estratégia. Existe a complementariedade.

Isso nos faz acreditar que vamos acompanhar essas mudanças globais e conseguir crescer da mesma forma, no adaptando a novos projetos.

TIVEMOS RECENTEMENTE O LEILÃO DO TERMINAL DE GRANEL SÓLIDO VEGETAL DO PORTO DE FORTALEZA POR UM VALOR DE R\$ 1 MILHÃO, MAS COM UM POTENCIAL INVESTIMENTO DE R\$ 50 MILHÕES. COMO ESSE PROCESSO PODE INFLUENCIAR A EVOLUÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA? A SENHORA ACREDITA QUE PODEMOS TER MAIS PRODUTOS PASSANDO PELO TERMINAL NA CAPITAL? EXISTE UMA META DE MELHORIA DE RENDIMENTO?

No contrato, eles já têm todo o cronograma de investimento que precisa ser feito, desde equipamento, início de outros processos. A gente já tem um escalonamento. Claro que a gente começa pelos equipamentos que podem gerar aumento da movimentação de cargas, começando pelas esteiras, e esse terminal é específico para trigo, mas nada impede que ele movimente soja, milho e outros grãos sólidos.

O primeiro investimento acontece com cinco anos, porque serão precisos alguns ajustes iniciais para começar a operação, e os investimentos maiores são feitos a cada cinco anos.



É difícil prever uma meta de onde podemos chegar com esse investimento, até porque a gente prevê, mas não tem como garantir. A gente tem uma movimentação mínima que é baseada no que temos hoje, mas a nossa intenção é sempre superar a movimentação mínima, até porque quanto mais movimentarmos, maior é eficiência e menor o custo de quem está arrendando o terminal.

ATUALMENTE O GOVERNO FEDERAL VEM TRABALHANDO COM PAUTAS RELACIONADAS ÀS PRIVATIZAÇÕES E COM UMA CERTA CAUTELA RELACIONADA AOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS COM A JUSTIFICATIVA DE QUE HÁ INSTABILIDADE FISCAL. COMO ISSO AFETA AS ATIVIDADES NO PORTO?

Ao longo dos anos, o que foi acontecendo é que mudamos a realidade dos portos ligados ao Ministério da Infraestrutura, revertendo um quadro que se tinha no passado. Antes, a gente dava prejuízo, hoje a gente dá lucro. Ano passado a gente teve uma alta do EBITDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) de mais de 300% então é um valor excepcional. Santos vai pagar dividendos ao Governo, então para quê o Governo vai trazer dinheiro do porto se a gente dá lucro?

A perspectiva do ministro Tarcísio é que os portos possam dar lucro para depender menos da União. A gente tem apoio da União para desenvolver projetos e estamos criando métodos para os portos serem autossustentáveis e ter meios de se sustentar. O que no passado a gente dependia deles, hoje está se revertendo.

A gente ainda está caminhando nesse processo e aumentou de 2018 a 2019 o nosso EBITDA em 180%, depois aumentamos para R\$ 3 milhões e hoje é R\$ 9 milhões. Quando eu assumi, a gente tinha dívida de R\$ 700 mil, em julho de 2019. Não pagávamos direito conta de luz e outras coisas internas. Hoje, já temos alguns milhões em caixa para fazer investimentos próprios e o ministro está proporcionando isso a partir de uma melhoria dos quadros dos trabalhadores, outros projetos vindo com os arrendamentos. Assim, a União pode ficar mais concentrada com gastos de saúde e educação.

E COMO SÃO DEFINIDAS AS ESTRATÉGIAS USADAS PELO PORTO DE FORTALEZA PARA FAZER NOVOS INVESTIMENTOS? É UMA DIRETRIZ DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA OU CADA TERMINAL GERE A PRÓPRIA REALIDADE?

O ministro escolhe e nomeia os presidentes dos portos, então estamos vendo uma gestão com perfil muito mais técnico do que os anos anteriores nos portos de gestão federal.

Estamos lançando o plano nacional de logística, que vai trazer direcionamentos macro de áreas, mas não fala de questões específicas de cada porto. Isso deve ser publicado em breve e é um plano macro e quem determina os projetos que devem ser feitos e como vamos usar o dinheiro é o próprio porto.

Claro que isso é aprovado pela União e mandando o orçamento de 2022 em maio de 2021 dizendo que é assim que a gente pretende gastar os recursos durante um período de tempo. Eles aprovam, mas quem define são os gestores.

DEPOIS DESSA REFORMULAÇÃO, DE QUANTO O PORTO DE FORTALEZA DISPÕE PARA INVESTIMENTOS E QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PLANOS ATUALMENTE?

Para esse ano, vamos investir, em contratos, R\$ 3 milhões em infraestrutura, e no ano que vem serão R\$ 6 milhões. Estamos falando de melhoria de pavimentação, de câmeras, iluminação, estrutura de atracação, sinalização náutica, estudos de batimetria. Esses projetos serão iniciados neste ano e devem continuar em 2021, durando dois a três anos para serem executados. Mas só podemos fazer os contratos se tivermos o dinheiro, mas o dinheiro vai estar garantido para essas atividades.

EM RELAÇÃO AO MERCADO DE PORTOS NO MUNDO, COMO O CEARÁ SE COLOCA NESSE CENÁRIO? ESTAMOS MUITO DISTANTES DO CENÁRIO MUNDIAL?



Eu conheço alguns portos, mas fiz cursos nos portos de Roterdã e da Antuérpia. É um mundo completamente diferente do nosso.

O Porto de Roterdã está muito na frente de qualquer porto brasileiro, até porque eles nasceram muito antes da gente. Eles já eram porto antes de o Brasil ser descoberto.

Eu fui olhar um porto em Dubai por imagens de satélite e em 1984 eles já eram um mega porto, maior do que Santos, até porque a cultura europeia e asiática já veio das grandes navegações, então acho que precisamos resgatar um pouquinho da história para saber porque não estamos no mesmo patamar.

Mas os portos brasileiros têm buscado as parcerias com portos estrangeiros para trazer esses conhecimentos para o Brasil. Em uma escala de desenvolvimento, a nossa linha é muito mais acentuada do que a deles, até porque eles cresceram de pouco em pouco. Estamos crescendo mais, apesar de não estarmos perto do patamar deles, mas estamos em uma linha acentuada de crescimento. E o interessante é que a globalização facilitou para gente esse processo de assimilar informação e conhecimento dessas culturas mesmo que de forma online.

PELA QUESTÃO GEOGRÁFICA E ESPACIAL, O PORTO DE FORTALEZA TEM UM POTENCIAL DE CRESCIMENTO LIMITADO PARA EXPANSÕES. COMO A SENHORA ENXERGA ESSA QUESTÃO E COMO O PORTO PROJETA O CRESCIMENTO NO FUTURO?

Nós pensamos muito no crescimento de eficiência. Temos áreas a serem exploradas e temos que utilizar, como uma área pesqueira que começamos a utilizar e outra onde passava a Transnordestina. Mas em área é muito difícil crescermos, então nosso planejamento passa por melhoria de eficiência, até pensando nessa experiência de portos internacionais, então estamos trazendo materiais que nos possibilitem o maior de movimentação de cargas ao mesmo tempo. Temos equipamentos mais modernos disponíveis e que poderíamos, com parcerias, dotar o porto com essa melhora de embarque e desembarque de mercadorias, seja para contêineres e outros tipos.

Nossa perspectiva de crescimento nunca é ultrapassar o Porto de Santos, por exemplo, que movimenta 100 milhões de toneladas, já que movimentamos cinco toneladas, mas podemos, dentro desse patamar, crescer em eficiência e melhoria.

Sobre parcerias, temos conversado com o governo da Argentina e que buscou a gente. Estamos tentando estreitar relações com eles e estamos trabalhando em um memorando de entendimento e até o final do ano podemos ter uma notícia boa.

A ideia é criar mecanismos para incentivar os portos da Argentina a trazer as mercadorias para o Porto de Fortaleza. Existem vários tipos de carga que estamos vendo, desde frutas a carros. Estamos buscando parcerias e estamos conversando com o consulado da Argentina.

O GOVERNO DO ESTADO TEM CONFIRMADO MUITOS ACORDOS PARA INVESTIMENTOS EM HIDROGÊNIO VERDE NO CEARÁ, O QUE DEVE ATRAIR NÃO SÓ MAIS EMPRESAS AO ESTADO COMO MUDAR UM POUCO O PERFIL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO ESTADO A PARTIR DO PORTO DO PECÉM. COMO A COMPANHIA DOCAS ENXERGA ESSE MOVIMENTO? E O PORTO DE FORTALEZA PODE SE BENEFICIAR TAMBÉM DESSA NOVA ECONOMIA?

A nossa equipe comercial está vendo como vamos ficar inseridos nesse mercado, mas um papel fundamental que temos é trazer esses equipamentos eólicos, que são as cargas de projeto e fazem parte dessa logística.

Nosso papel é disponibilizar e criar mecanismos para movimentar esses equipamentos que são imensos, então temos de prover diária e criar condições específicas. Estamos trabalhando na área para trazer esses equipamentos e importar esses materiais de energias renováveis por aqui.

A SENHORA É A ÚNICA MULHER À FRENTE DE UMA COMPANHIA DOCAS NO BRASIL ATUALMENTE. O QUÃO IMPORTANTE É ESSE FATO PARA VOCÊ? E ACREDITA QUE O MERCADO LIGADO AOS PORTOS AINDA PODERIA INSERIR UM NÚMERO MAIOR DE MULHERES?

Eu não tenho dúvida que poderíamos inserir mais mulheres. Temos muitas mulheres capazes, mas o que precisamos é incentivar mais mulheres a almejar esse crescimento. Dentro do Governo, das 7 Companhias Docas, só tem eu de mulher e no geral, são três mulheres, considerando portos privados e outras gestões.

O nosso papel é igual ao dos homens porque o ministro nos cobra da mesma forma que eles, mas, com certeza, temos mais mulheres com capacidade de assumir a posição de presidente.

O que precisamos é que as mulheres mais jovens, que estão se inserindo no mercado ou que já estão trabalhando, possam buscar essa posição de gestão e tentem se qualificar e se desenvolver para almejar essa posição.

PESSOALMENTE, CONSIDERANDO QUE A SENHORA ASSUMIU O PORTO EM 2019, QUE TIPO DE META OU REALIZAÇÃO A SENHORA GOSTARIA DE DEIXAR COMO LEGADO DESSE PERÍODO À FRENTE DA COMPANHIA DOCAS?

Um legado que eu queria deixar é de um porto que deixou de ser deficitário para ser um porto autossustentável financeiramente.

Já começamos a virar essa chave para fazer investimentos com dinheiro próprio, e esse é principal legado que eu gostaria que as pessoas se lembrassem. Eu quero ficar no Ceará enquanto me deixarem ficar aqui. Acho que temos ainda muita coisa para fazer e desenvolver e quem sabe não conseguimos nos desenvolver um projeto para chegar no patamar de um Porto de Roterdã ou Antuérpia e eu estou estudando para isso.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data: 26/08/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TERMINAL DE OUTEIRO REGISTRA BOM DESEMPENHO NO ACUMULADO DE 2021

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26 Agosto 2021



O Terminal de Outeiro, unidade portuária da Companhia Docas do Pará (CDP), registrou movimentação de 466.385 toneladas até julho de 2021, alta de 40% em relação ao mesmo período de 2020 com 333.453 toneladas. Esse terminal vem se constituindo como importante alternativa para o desempenho operacional da CDP, resultado de operações com graneis sólidos, tanto vegetais como minerais nesse ano de 2021.

As cargas que impulsionaram a boa performance foram a soja e o trigo. Foram movimentadas 187.849 (ton) da oleaginosa no acumulado de janeiro a julho 2021, em contrapartida à não movimentação dessa carga em 2020. Já o trigo vem em seguida, com 183.259 ton. movimentadas no período, queda de 5,86% e relativa estabilidade em relação ao mesmo período do anterior, que registrou 194.675 ton.

Houve também boa movimentação de manganês no acumulado do ano, com 46.302 ton., aumento de 118% em relação ao ano passado, que anotou 21.240 ton. As operações com essa carga são realizadas por meio de balsas provenientes do porto de Vila do Conde e que realizam transbordo para navio longo curso com fins de exportação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

PORTOS DA CDP ALCANÇAM RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE FERTILIZANTES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26 Agosto 2021



Com movimentação total de 1.519.393 toneladas, os portos da Companhia Docas do Pará (CDP) registraram recorde de movimentação de fertilizantes no acumulado de janeiro a julho, elevação de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os portos de Santarém e Itaituba obtiveram excelente performance nos descarregamentos deste insumo.

A primeira unidade registrou 871.506 ton. no acumulado de 2021, aumento de 69% em relação ao mesmo período do ano passado, que registrou 515.949 ton. Já a unidade portuária de Itaituba registrou 285.697 ton., aumento de 97% em comparação ao mesmo período de 2020, quando

foram anotadas 145.086 ton. No Porto de Vila do Conde foram movimentadas 362.190 ton., aumento de 9,71% em relação ao ano passado.

Os principais mercados para fertilizantes na região são as misturadoras localizadas nos municípios de Barcarena, no estado do Pará, além de Querência e Sinop, no estado do Mato Grosso, os quais, entre outros, respondem pelo crescente volume de importação da carga.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

PRÉ-SAL PRODUZ 2,806 MMBOE/D EM JULHO E VOLTA A BATER RECORDE

Da Redação OFFSHORE 26 Agosto 2021



A produção do Pré-sal no mês de julho totalizou 2,806 MMboe/d (milhões de barris de óleo equivalente), sendo 2,221 MMbbl/d (milhões de barris por dia) de petróleo e 93,1 MMm³/d (milhões de metros cúbicos diários) de gás natural. Com isso, superou a produção de agosto de 2020, até então a maior já registrada, quando foram produzidos 2,776 MMboe/d.

Houve aumento de 3,4% em relação ao mês anterior e de 2,5% se comparada ao mesmo mês de 2020. A produção do Pré-sal teve origem em 130 poços e

correspondeu a 71,6% do total produzido no Brasil.

Produção nacional



A produção nacional totalizou 3,920 MMboe/d, sendo 3,045 MMbbl/d de petróleo e 139 MMm³/d de gás natural. A produção de gás natural superou o recorde registrado em janeiro de 2020, quando foram produzidos 138,7 MMm³/d. A produção de petróleo voltou a um patamar de 3 MMbbl/d, que não era alcançado desde agosto de 2020, quando foram produzidos 3,084 MMbbl/d.

Houve aumento de 4,9% na produção de petróleo em comparação com o mês anterior e redução de 1,1% em comparação com julho de 2020. Já no gás natural houve aumento de 2,5% em comparação com o mês anterior e de 6,8% se comparado a julho de 2020.

Aproveitamento do gás natural

Em julho, o aproveitamento de gás natural foi de 97,5%. Foram disponibilizados ao mercado 56,1 MMm³/dia. A queima de gás no mês foi de 3,5 MMm³/d, um aumento de 12,4% se comparada ao mês anterior e uma redução de 12,1% se comparada ao mesmo mês em 2020.

Origem da produção

Neste mês de julho, os campos marítimos produziram 97,1% do petróleo e 82,5% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras foram responsáveis por 92,8% do petróleo e do gás natural produzidos no Brasil.

Destaques

Em julho, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, registrando 917 Mbbl/d de petróleo e 42,3 MMm³/d de gás natural.

A plataforma Petrobras 75, produzindo no campo de Búzios por meio de quatro poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de petróleo, com 155.466 bbl/d.

A instalação Polo Arara, produzindo nos campos de Arara Azul, Carapaúna, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 29 poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de gás natural, produzindo 6,912 MMm³/d.

Estreito, na Bacia Potiguar, teve o maior número de poços produtores terrestres: 988.

Tupi, na Bacia de Santos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores: 61.

Campos de acumulações marginais

Esses campos produziram 444,7 boe/d, sendo 146,8 bbl/d de petróleo e 47,4 Mm³/d de gás natural. O campo de Iraí, operado pela Petroborn, foi o maior produtor, com 284 boe/d.

Outras informações

No mês de julho de 2021, 262 áreas concedidas, três de cessão onerosa e cinco de partilha, operadas por 38 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Dessas, 58 são marítimas e 212 terrestres, sendo 12 relativas a contratos de áreas contendo acumulações marginais. A produção ocorreu em 6.349 poços, sendo 502 marítimos e 5.847 terrestres.

O grau API médio do petróleo extraído no Brasil foi de 28,1, sendo 2,3% da produção considerada óleo leve ($\geq 31^\circ$ API), 91,2% óleo médio (≥ 22 API e < 31 API) e 6,5 % óleo pesado (< 22 API).

As bacias maduras terrestres (campos/testes de longa duração das bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produziram 93,145 Mboe/d, sendo 72,7 mil bbl/d de petróleo e 3,2 MMm³/d de gás natural. Desse total, 68,3 mil boe/d foram produzidos pela Petrobras e 24,9 mil boe/d foram produzidos por concessões não operadas pela Petrobras, dos

quais: 15.453 boe/d no Rio Grande do Norte, 8.472 boe/d na Bahia, 527 boe/d no Espírito Santo, 243 boe/d em Alagoas e 188 boe/d em Sergipe.

Fonte: Ascom ANP

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

CBO ASSINA NOVO CONTRATO DE APOIO MARÍTIMO COM TOTALENERGIES

Da Redação OFFSHORE 26 Agosto 2021



A recém-chegada CBO Endeavour atenderá a empresa por um ano

A CBO assinou um novo contrato com a TotalEnergies EP Brasil, pelo período inicial de um ano. A embarcação CBO Endeavour, um AHTS (Anchor Handling and Tug Supply) 21.000 BHP, será alocada para atender a empresa, a partir desse mês. Esse é o primeiro contrato da CBO Endeavour, que foi adquirida em dezembro de 2020 e chegou em ao Brasil em abril de 2021.

A embarcação foi construída na Noruega, com design da Kongsberg (antiga Rolls-Royce), e possui especificações técnicas de alto padrão, que permitem que opere em águas ultra profundas. Com esse contrato, a CBO Endeavour terá bandeira brasileira, via Registro Especial Brasileiro (REB), para apoiar as atividades de produção do campo de Lapa, localizado no pré-sal da Bacia de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

PRÊMIO ANTAQ 2021 TEM INSCRIÇÕES ABERTAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26 Agosto 2021

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) está com inscrições abertas para o Prêmio Antaq 2021. A iniciativa tem por finalidade reconhecer as ações que se destaquem por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar as boas práticas na operação e gestão no setor.

As inscrições para as categorias Iniciativas Inovadoras e Artigos Técnico-Científicos são gratuitas e poderão ser realizadas até 31 de agosto de 2021. Serão classificados cinco finalistas para cada categoria ou modalidade do Prêmio. A solenidade de premiação ocorrerá no dia 14 de outubro de 2021.

Na categoria Iniciativas Inovadoras, serão premiadas as empresas atuantes no setor de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas geradoras de melhorias operacionais, ambientais ou de gestão. Poderão concorrer nesta categoria, trabalhos individuais ou em grupo, que tenham sido implementados em Portos Organizados: terminais; instalações de apoio de transporte aquaviário (Registros); Empresas Brasileiras de Navegação –EBNs; e pessoas, entidades ou empresas cujas iniciativas trouxeram benefícios significativos ao setor aquaviário. Nesta categoria, um participante poderá concorrer com mais de uma Iniciativa Inovadora.

Para a categoria Artigos Técnico-científicos, serão premiados trabalhos nas áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas e Infraestrutura e Logística que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação de competência da Antaq. Poderá concorrer nesta categoria qualquer cidadão brasileiro, maior de 18 anos.

Outras categorias

Além das categorias Iniciativas Inovadoras e Artigos Técnico-Científicos, o Prêmio Antaq 2021 contempla ainda as categorias Desempenho Ambiental e Conformidade Regulatória.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

PRÉ-SAL PETRÓLEO LANÇA BIBLIOTECA INTERATIVA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Da Redação OFFSHORE 26 Agosto 2021

Iniciativa traz 120 normativos do setor e permite busca por temas

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) lançou nesta quinta-feira (26) a Biblioteca Interativa de Petróleo e Gás natural. A plataforma foi desenvolvida internamente pela gerência de Tecnologia da Informação, utilizando uma ferramenta de Business Intelligence e disponibiliza 120 normativos, incluindo as legislações aplicáveis ao setor e os contratos de partilha de produção. O formato, inovador, permite ao leitor fazer buscas por nove tipos diferentes de normas (Leis, Decretos, Resoluções, Despachos, Portarias, Contratos de Partilha de Produção, Acordos e Constituição) ou por mais de 50 temas relacionados.

Com curadoria da Consultoria Jurídica da PPSA, os normativos foram associados a palavras-chave, o que permite ao leitor buscar de uma única vez, por exemplo, toda a legislação associada ao gás natural ou aos regimes de Partilha de Produção, Concessão ou Cessão Onerosa. O intuito do projeto é oferecer um serviço à sociedade, de modo simples, dinâmico e de fácil acesso. A biblioteca será atualizada de forma contínua, acompanhando a evolução da legislação.

A Biblioteca Interativa faz parte de um conjunto de ações com o objetivo de ampliar a didática sobre os temas da companhia e a transparência. Esse é o segundo projeto realizado pela PPSA em Business Intelligence. No início de julho, a companhia lançou o Painel Interativo Pré-Sal Petróleo, apresentando dados, desde novembro de 2017, sobre a produção em regime de Partilha, a arrecadação gerada para a União e as estimativas futuras de produção, arrecadação e investimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

TERMINAL DE CONTÊINERES CHINÊS REABRE APÓS FECHAMENTO POR DUAS SEMANAS POR CAUSA DA COVID

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Agosto 2021

China reabre terminal de contêineres após duas semanas de fechamento relacionado à Covid

Funcionários do governo local da cidade chinesa de Ningbo confirmaram que as operações foram retomadas na zona de comércio de Meshian e no terminal de contêineres no complexo portuário de Ningbo-Zhoushan, no sul da China. Os funcionários citaram o sucesso na contenção do recente surto da variante Delta da Covid-19 na região, mas pediram medidas contínuas para prevenir a recorrência e, ao mesmo tempo, continuar os regimes de testes rigorosos como parte da política de tolerância zero



da China para o vírus.

“Todas as unidades da zona devem fazer um bom trabalho de prevenção e controle da epidemia, bem como a retomada do trabalho e da produção”, disse um funcionário do governo em comunicado transmitido pela TV estatal.

Os funcionários do porto confirmaram que as operações do pátio começaram logo depois da meia-noite de 25 de agosto, duas semanas depois de terem recebido a ordem das autoridades de saúde para suspender todas as operações depois que um único trabalhador do complexo terminal testou positivo para o vírus. Os navios começaram a entrar e sair do terminal nos últimos dias. As operações de entrada e saída foram retomadas esta manhã e estão funcionando normalmente, enquanto o porto pede que as empresas priorizem o carregamento e o descarregamento de caminhões encalhados.

A Maersk avisou os clientes em um aviso enviado nesta quarta-feira (25) sobre a reabertura do terminal, dizendo que trabalharia para gerenciar suas cadeias de abastecimento. A empresa de transporte também informou que a operação do armazém Ningbo Bluedragon LongFei também foi retomada.

No entanto, nenhuma empresa estimou a extensão do gargalo na China, quanto tempo levará para reduzir os backups em toda a cadeia de abastecimento.

Durante o fechamento, muitas das principais companhias marítimas anunciaram viagens em branco para Ningbo em seus horários de agosto. Muitos navios também foram desviados para outros terminais, enquanto um grande número também está esperando no ancoradouro fora do complexo portuário de Ningbo-Zhoushan.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2021

WILSON SONS AVANÇA EM INICIATIVAS DE SUSTENTABILIDADE COM NOVOS REBOCADORES

Da Redação NAVEGAÇÃO 25 Agosto 2021



Os novos rebocadores, que entrarão em operação em 2022, serão equipados com uma solução pioneira que reduz os níveis de emissão de óxido de nitrogênio em mais de 75%

A Wilson Sons vem desenvolvendo uma série de ações para reduzir o impacto ambiental de suas operações na última década, contribuindo para o esforço global pelo equilíbrio do clima. O mais recente é a incorporação da norma IMO TIER III, que reduz em mais de 75% os níveis de emissão de óxidos de nitrogênio, nos quatro rebocadores da

empresa que estão sendo construídos no estaleiro do Grupo no Guarujá. O custo total para implementar os padrões IMO Tier III é de US\$ 290.000.

“O óxido de nitrogênio é um gás de efeito estufa, que pode ser 300 vezes mais poluente do que o próprio dióxido de carbono. O nível III é um grande diferencial desse projeto e mostra o quanto estamos na vanguarda da indústria naval brasileira”, afirma Rodrigo Bastos, diretor das operações da unidade de rebocagem.

O primeiro rebocador construído com esse padrão deve entrar em operação em fevereiro do ano que vem e o segundo em agosto. O projeto é desenvolvido pela Damen Shipyards, parceira da Wilson Sons há mais de 25 anos, e as embarcações terão 80 toneladas de bollard pull (TBP), com 25 metros de comprimento e 13 metros de largura, com notação de classe Escort Tug.

Com essa tecnologia, os novos rebocadores atenderão às exigências de algumas regiões dos mercados norte-americano e europeu, determinadas pela Organização Marítima Internacional (IMO) como áreas de controle de emissões. “A IMO, da qual o Brasil é signatário, vem avançando na estratégia de redução das emissões de gases de efeito estufa no setor marítimo. A Wilson Sons está sendo pioneira no Brasil no atendimento aos requisitos da norma Tier III, por não ser uma exigência para do território nacional, antecipando uma eventual regulamentação do país”, explica Bastos.

Nesses projetos, a Wilson Sons também utilizará outra tecnologia pioneira no mercado, o "twin fin", conjunto de aletas que aumenta a capacidade de arrasto nas manobras e melhora o desempenho do rebocador. Com isso, para uma mesma tração, menos potência é exigida e, conseqüentemente, há redução no consumo de combustível e nas emissões. Outro aliado na proteção do meio ambiente é o Centro de Operações de Rebocagem (COR), que monitora o deslocamento dos rebocadores, definindo o melhor momento para a movimentação, controlando a velocidade e o consumo de combustível, com o objetivo de garantir maior eficiência, evitando desperdícios e, conseqüentemente, reduzindo as emissões de gases. Recentemente,

“A Wilson Sons já teve uma agenda forte em relação ao meio ambiente e sempre atuou para evitar o uso excessivo de combustíveis, além de participar de ações como o Projeto Praia Limpa e projetos como o Parque dos Naufrágios Artificiais de Pernambuco. O que está acontecendo agora é um planejamento mais sólido, com foco no curto, médio e longo prazo”, comenta o diretor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/08/2021

17ª RODADA DE LICITAÇÕES: MAIS UMA EMPRESA TEM INSCRIÇÃO APROVADA

Da Redação OFFSHORE 25 Agosto 2021



A ANP divulgou nesta quarta-feira (25) mais uma empresa inscrita para a 17ª Rodada de Licitações de Blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural: Karoon Petróleo e Gás Ltda. Assim, a rodada, prevista para 7/10, passa a contar com sete licitantes inscritas até o momento.

Na semana passada, a CEL já havia aprovado as inscrições da Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda., Shell Brasil Petróleo Ltda., TotalEnergies EP Brasil Ltda., Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil Ltda. e Murphy Exploration & Production Company.

A 17ª Rodada de Licitações irá ofertar 92 blocos com risco exploratório, com área total de 53,93 mil km². Os blocos estão localizados em 11 setores de elevado potencial e de nova fronteira de quatro bacias sedimentares marítimas brasileiras: Campos, Pelotas, Potiguar e Santos.

As empresas inscritas atenderam todos os requisitos previstos no edital e estão aptas a participarem da rodada. A inscrição é obrigatória e individual para cada interessada, mesmo para aquelas que pretendam apresentar oferta mediante consórcio. Cumpridas as exigências estabelecidas no edital, e tendo a inscrição julgada e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, a empresa poderá apresentar ofertas somente para os blocos localizados nos setores para os quais tenha efetuado o pagamento de taxa de participação e aportado garantia de oferta.

O processo de qualificação das empresas (operadora A, B ou não-operadora) só será feito para as empresas vencedoras no dia da sessão pública de apresentação de ofertas, procedimento adotado desde a 13ª Rodada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/08/2021

ALIANÇA ENTRE INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE AUMENTA POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS NO PAÍS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 25 Agosto 2021



Em fórum de investidores, ministro Tarcísio Gomes de Freitas destaca a incorporação do conceito ESG aos projetos do

A inclusão do conceito ESG, sigla em inglês para ambiental, social e governança, aos projetos de infraestrutura de transportes aumenta o leque de opções para investimentos no Brasil. Esta avaliação foi levada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, a investidores, analistas e profissionais do mercado financeiro durante o evento

Expert XP 2021, que começou nesta terça-feira (24).

Em pouco mais de dois anos e meio, o Governo Federal, através do Ministério da Infraestrutura, concedeu 74 ativos à iniciativa privada e assinou 99 contratos de adesão para terminais privados. A meta é chegar até o fim de 2022 com aproximadamente R\$ 250 bilhões em investimentos contratados durante a duração dos contratos. Vêm pela frente a sétima rodada de aeroportos, com Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), a desestatização do Porto de Santos e a concessão da rodovia Presidente Dutra.

“É possível conciliar infraestrutura e sustentabilidade. A gente está trazendo o que tem de melhor para nossas estruturas, incorporando conceito ESG para os nossos projetos, para dar primeiro tranquilidade para os investidores, mitigar o risco de imagem, e para permitir o acesso a outros bolsos, porque a gente parte do pressuposto que os padrões ambientais vão governar os fluxos financeiros”, afirmou Tarcísio.

Além da conciliação entre o ambiental e a infraestrutura, outra ação importante do MInfra é a modalidade investimento cruzado. Ela prevê que a empresa concessionária do serviço execute e entregue o produto, responsabilizando-se pelos riscos de engenharia e financeiros ligados ao empreendimento.

“São várias empresas que já estão interessadas em tomar o risco de engenharia, de fazer seus segmentos ferroviários de acordo com seus planos de negócios que solicitam autorizações e iniciando seus empreendimentos”, disse o ministro. Um dos exemplos é o projeto da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), que terá mais de R\$ 2,7 bilhões em investimentos privados.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 26/08/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 134/2021
Página 60 de 60
Data: 26/08/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006